



UNISUL

**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ALINI MARTINS BARBOSA**

**EDUCAÇÃO ESCOLAR, NÃO ESCOLAR E A ETNOBOTÂNICA: O CONHECIMENTO
SOBRE PLANTAS MEDICINAIS EM SOMBRIO/SC.**

Tubarão

2013

ALINI MARTINS BARBOSA

**EDUCAÇÃO ESCOLAR, NÃO ESCOLAR E A ETNOBOTÂNICA: O CONHECIMENTO
SOBRE PLANTAS MEDICINAIS EM SOMBRIÓ/SC.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, nível de Mestrado, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Professor Orientador Dr. André Boccasius Siqueira

Tubarão

2013

ALINI MARTINS BARBOSA

**EDUCAÇÃO ESCOLAR, NÃO ESCOLAR E A ETNOBOTÂNICA: O CONHECIMENTO
SOBRE PLANTAS MEDICINAIS EM SOMBRIÓ/SC.**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do grau de Mestre em Educação e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão – SC, 04 de fevereiro de 2013.

Prof. Dr. André Boccasius Siqueira – Orientador
Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL

Profª Dra. Rejane Margarete Schaefer Kalsing
Instituto Federal Catarinense – IFC

Profª Dra. Fátima Elizabeti Marcomin
Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL

À minha mãe Sueli

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, pela benção e luz em mais esta etapa em busca de conhecimento e desafio.

Aos meus pais Sueli e Bento, irmãs Ana Maria e Dyenifer e meu noivo Carol pelas palavras de incentivo e apoio nos momentos difíceis e de cansaço.

Agradeço imensamente e de maneira muito especial ao meu orientador Professor Doutor André Boccasius Siqueira, que abraçou este projeto comigo e deu tão significativa contribuição com seu conhecimento e amizade.

Às professoras integrantes da banca com suas sugestões desde a qualificação tão valiosas para a construção deste trabalho.

Aos demais professores do mestrado em Educação da UNISUL que contribuem também com seu trabalho na nossa formação.

Aos meus colegas do mestrado, pessoas maravilhosas com quem eu pude conviver e aprender tanta coisa.

E claro, agradecer de forma muito carinhosa aos três entrevistados desta pesquisa que doaram seu tempo e seu conhecimento como contribuição neste trabalho não somente a respeito das plantas medicinais, mas ensinamentos de vida.

“As perguntas é que movem o mundo e não as respostas”. Autor desconhecido.

RESUMO

Entende-se por pesquisa etnobotânica o estudo do “uso das plantas medicinais utilizadas empiricamente pela população” (SIQUEIRA 2011b, p. 91) e que envolve “saberes considerados como saberes populares” (CHASSOT, 2001 apud SIQUEIRA, 2011a, p. 05). Para esta pesquisa objetivou-se investigar sob a ótica da etnobotânica a origem do conhecimento adquirido sobre plantas medicinais de alguns moradores do bairro São Luiz em Sombrio/SC, bem como registrar este conhecimento. A fim de alcançar o objetivo direcionador desta pesquisa elencou-se outros dois: registrar o conhecimento popular sobre plantas medicinais de alguns moradores do bairro São Luiz em Sombrio/SC e identificar em qual modalidade de educação se encaixa a origem do conhecimento destas pessoas (escolar e/ou não escolar). A metodologia utilizada para coleta de informações foi a entrevista semi-estruturada aliada a técnica *snowball sampling* através da colaboração e transmissão de informações de três moradores conhecedores de plantas. Para interpretação do material utilizou-se a análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977). Nesta pesquisa registrou-se o conhecimento a respeito de plantas medicinais dos entrevistados evitando a perda destas informações com o tempo e constatou-se, a respeito da origem deste conhecimento, que há o amalgamento de duas modalidades de educação. De acordo com o discurso dos moradores entrevistados, seus conhecimentos etnobotânicos não advêm de processo escolar ou formal de aprendizagem e sim por processos de aprendizagens não escolares. Isto é, “o transitar” ou mescla entre educação informal e não formal uma vez que aprenderam com a família (com exceção do senhor C), vizinhos, colegas de pastoral, cursos de capacitação e palestras vinculados à Pastoral da Saúde.

Palavras-chave: Conhecimento Popular. Etnobotânica. Educação

ABSTRACT

It is understood by the study of ethnobotany research "use of medicinal plants used empirically by the population" (SIQUEIRA 2011b, p. 91) and involves "knowledge considered popular knowledge" (CHASSOT, 2001 In SIQUEIRA, 2011b, p. 05). For this research aimed to investigate the perspective of the origin of ethnobotanical knowledge about medicinal plants purchased from some neighborhood residents in dingy São Luiz / SC as well as register this knowledge. In order to achieve the objective of this research director databus up two others: register the folk knowledge of medicinal plants of some neighborhood residents in dingy São Luiz/SC and identify what type of education fit the origin of knowledge these people (school and / or non-school). The methodology used for data collection was a semi-structured interview technique combined with snowball sampling through collaboration and transmission of information from three residents knowledgeable of plants. For interpretation of the material we used content analysis of Laurence Bardin (1977). In this study enrolled knowledge about medicinal plants of respondents avoiding the loss of this information over time and was contacted regarding the origin of this knowledge, which is the amalgamation of two modes of education. According to the discourse of the residents interviewed, their ethnobotanical knowledge does not come from school or formal process of learning but rather by non-school learning processes. That is, the "transit" or blend of informal and non-formal education once they have learned with family (except for Mr. C), neighbors, co-pastoral training courses and lectures related to the health ministry.

Keywords: Popular Knowledge. Ethnobotany. Education

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ELUCIDANDO CONCEITOS: AS VÁRIAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO	14
2.1 EDUCAÇÃO FORMAL OU EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	17
2.2 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E INFORMAL OU EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR	19
2.3 AS DIFERENÇAS ENTRE AS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO	24
3 ETNOCONHECIMENTO	26
3.1 CULTURA	27
3.2 CONHECIMENTO POPULAR E AS PLANTAS MEDICINAIS.....	37
3.3 ETNOBOTÂNICA	44
4 METODOLOGIA	51
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	56
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
APÊNDICES	80
APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido	81
APÊNDICE B - Roteiro para entrevista	82
APÊNDICE C – Entrevista com a senhora “A”:	83
APÊNDICE D – Entrevista com a senhora “B”:	90
APÊNDICE E – Entrevista com o senhor “C”:	96

1 INTRODUÇÃO

Acredito que todo pesquisador é alguém curioso. A curiosidade por algum assunto levou vários deles a descobertas importantíssimas para a sociedade. Quando pequena como toda criança cheguei à fase dos “por quês?”. Fase esta, de certa forma, perdura até hoje, sobretudo nos meus afazeres profissionais e estudos acadêmicos.

Trabalho há seis anos como farmacêutica responsável técnica em uma farmácia alopática de bairro no município de Sombrio/SC. O contato com as pessoas é diário e muito próximo. Talvez, por ser profissional da saúde eu inspire confiança nas pessoas ou muitas vezes por laços de cumplicidade ou amizade elas acabam contando passagens de suas vidas, fatos, “causos” e é claro, acabam falando a respeito de suas experiências com remédios.

Esses remédios incluem não só os medicamentos industrializados da farmácia como também as plantas medicinais. Foram nessas conversas com os frequentadores que pude perceber que muitos deles tinham um conhecimento amplo a respeito de plantas medicinais.

Em meio aos casos de cura ou não de parentes e amigos com tal planta, usada de tal forma, tantas vezes ao dia, associado a tal medicamento, eu questionava seus efeitos, a interação medicamento-planta, medicamento-medicamento, e aquela atmosfera tornava-se um vai e vem de informações.

O que me intrigava era de onde estas pessoas adquirem tantas informações? Com quem elas aprenderam? Onde elas aprenderam? Com que idade aprenderam? Sob meus olhos eram leigos, porém sabiam muitas peculiaridades de plantas consideradas medicinais. Foi então, que a partir das primeiras conversas que esta pesquisa começou a ser projetada. Quão interessante seria analisar mais detalhado sobre tais questões, como, o quê eles sabem; também procurar estas pessoas para que haja um resgate destas informações, saber de onde vem o seu conhecimento sobre plantas medicinais.

A problematização desta pesquisa etnobotânica permeia, portanto, “de onde vem o conhecimento de alguns moradores do bairro São Luiz em Sombrio/SC sobre

plantas medicinais?” Da educação escolar ou de processos de aprendizagens não escolares?

Entende-se por pesquisa etnobotânica o estudo do “uso das plantas medicinais utilizadas empiricamente pela população” (SIQUEIRA 2011b, p. 91) e que envolve “saberes considerados como saberes populares” (CHASSOT, 2001 In SIQUEIRA, 2011a, p. 05).

Para esta pesquisa objetiva-se investigar sob a ótica da etnobotânica a origem do conhecimento adquirido sobre plantas medicinais de alguns moradores do bairro São Luiz em Sombrio/SC, bem como registrar este conhecimento.

A fim de alcançar o objetivo direcionador desta pesquisa elenco outro que poderá levar-me ao que almejo:

> Identificar em qual modalidade de educação (escolar e/ou não escolar) se encaixa a origem do conhecimento destas pessoas, ou ainda suas prováveis inter-relações¹.

Justifica-se esta pesquisa acadêmica tendo em vista a compreensão de como as pessoas se relacionam com as plantas e os relacionamentos produzidos nos diversos sistemas culturais. Isto é algo que as investigações etnobotânicas podem indicar. A investigação etnobotânica não representa apenas “a planta na dualidade estrutura-função ou o homem, mas o inter-relacionamento desses dois elementos que juntos constituem um todo **significante e analisável** [...]”² (ALBUQUERQUE, 2005, p. 53). Análise etnobotânica esta, que consoante com Ribeiro (1986, p. 09), “trata-se de um imenso campo de investigação ainda inexplorado”. Além disso, concordando com Bonet et al. (1999 apud RODRIGUES, 2007, p. 168), “a recolha dos saberes-fazer tradicionais é uma verdadeira operação de salvamento de um conhecimento popular sobre plantas [...]”. E mais, o resgate do conhecimento popular sobre o uso das espécies vegetais pode contribuir para a conservação de ecossistemas e para a preservação da cultura popular (STOCKMANN et al., 2009).

L

¹ Por inter-relações dos conhecimentos compreendo as aprendizagens a partir de um processo escolarizado amalgamando com outros saberes não escolarizados, por exemplo, com um parente ou vizinha/o.

² Grifos da pesquisadora.

Por esses motivos que a investigação etnobotânica torna-se atrativa, interessante, principalmente se for realizada no bairro em questão (São Luiz/Sombrio/SC) em que passo a maior parte do meu dia, no meu trabalho e entro em contato com diversas pessoas com potencialidades para contribuir com esta pesquisa. Tal aproximação, acredito, trouxe significativa experiência não apenas para os moradores como também para mim, isto é, além de tentar responder o meu problema de pesquisa, tive a oportunidade de adquirir novos conhecimentos sobre plantas medicinais, aprimorar aquilo que já conhecia através destas pessoas, e os moradores de terem seu conhecimento valorizado, pois, numa ocasião posterior, comprometi-me em transcrever as informações em um livro³ para entregar aos respectivos moradores contendo o seu próprio conhecimento. Nesta pesquisa, os interlocutores tiveram alguém para ouvi-los e desta forma compartilhar o seu conhecimento, que pode sem o presente registro, se perder para sempre.

Para chegar a tal objetivo e encontrar as respostas do problema desta pesquisa procuro realizar o seguinte trabalho acadêmico representado nos capítulos que seguem:

O primeiro capítulo é destinado à apresentação da pesquisa, como surgiu a idéia, que tipo de experiências foram vivenciadas para chegar ao problema de pesquisa. Neste, também são explanados os objetivos e justificativa da pesquisa abrangendo a questão do conhecimento popular das plantas medicinais e do surgimento de uma ciência que vêm ganhando vulto nos últimos 30 anos: a Etnobotânica.

O segundo capítulo trata das modalidades de educação abordadas na pesquisa haja vista a confusão que se faz acerca delas. Compreendem: educação escolar e não escolar. No entanto, ainda utilizo os termos educação informal, formal e não formal que serão analisadas ao término do trabalho para avaliação da origem do conhecimento sobre plantas medicinais apresentadas pelos moradores entrevistados. Para tanto, conta-se principalmente com os estudos de Maria da Glória Gohn e José Carlos Libâneo.

L

³ De acordo com considerações da banca final de defesa desta pesquisa, foi-me sugerido entregar uma cópia da dissertação a cada uma e cada um dos entrevistados.

O terceiro capítulo com o auxílio de vários autores apresenta-se um breve histórico do uso de plantas medicinais pelo ser humano, abrangendo o conhecimento popular que é transmitido através dos tempos. O capítulo perpassa também a biodiversidade e uso das plantas medicinais brasileiras. Posteriormente, o enfoque será a etnobotânica, um aprofundamento sobre a ciência, sua gênese, suas aplicações e importância nas pesquisas antropológicas e nas pesquisas com viés antropológico, como esta. Para tanto, se utilizou vários autores da área destacando-se Posey, Lévi-Strauss, Diegues e Albuquerque. Por fim, discorro sobre cultura, seu conceito, significado e sua influência no saber popular e sua relação com as plantas medicinais. O corpo de autores é composto por eméritos pesquisadores, tais como Roque de Barros Laraia, José Luiz dos Santos, Reinholdo Ulmann e Luiz Gonzaga Mello.

Finalizando, no quarto capítulo descreve-se a metodologia utilizada, isto é, a abordagem metodológica junto aos informantes, o modo de abordagem, as entrevistas, a transcrição e a análise das mesmas. Como exposto acima, optou-se por um viés etnográfico. Isso implica em conversas mais extensas e observações do meio em que o sujeito entrevistado está inserido.

No último capítulo apresenta-se os resultados da pesquisa e a conclusão a que se chegou após a realização do presente trabalho acadêmico. Por fim, está elencada a bibliografia consultada e os apêndices.

2 ELUCIDANDO CONCEITOS: AS VÁRIAS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO

Em se tratando da etimologia da palavra educação, parte-se do termo em latim *educatio*: sentido figurado: educação, instrução (Cícero, na obra *De Natura Deorum* 2, 86); *educere*: sentido figurado: educar, instruir, ensinar (Cícero, na obra *De República* 1,8); *educere*: sentido próprio: criar, educar (Cícero, na obra *De Oratore* 2, 124) (FARIA, 1959).

Em dicionários atuais encontramos os seguintes significados para educação: etimologia: lat. *educatio*, *ónis* ação de criar, de nutrir; cultura, cultivo; ato ou processo de educar (-se), qualquer estágio desse processo; aplicação dos métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano; pedagogia, didática, ensino; o conjunto desses métodos; pedagogia, instrução, ensino; desenvolvimento metódico de uma faculdade, de um sentido, de um órgão; conhecimento e observação dos costumes da vida social; civilidade, delicadeza, polidez, cortesia (HOUAISS, 2009).

Um instrumento legal, a Constituição Federativa do Brasil, em seu Artigo 205, seção I, capítulo III estabelece que “A Educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Ao aprofundarmos a temática educação, levando em consideração um leque de ideias, segundo vários autores, encontramos respaldo primeiramente em Brandão (1993) que nos diz: a educação ajuda a pensar tipos de homens, e mais do que isso, ajuda a criá-los transmitindo uns para os outros o saber que os constitui e os legitima. Produz o conjunto de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades (BRANDÃO, 1993).

Outro estudioso em educação, Gaudêncio Frigotto, compartilha da idéia de Gryzibolski ao afirmar que a educação objetiva a formação do homem como um todo em seus âmbitos físico, social, cultural, político entre outros. A educação é

antes de mais nada, desenvolvimento de potencialidades e apropriação de 'saber social' (conjunto de conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações, para dar conta de seus interesses e necessidades) (GRZYBOWSKI in FRIGOTTO, 1996, p. 26).

O autor fala também da relação entre a educação e o trabalho. Para ele o princípio educativo tem ligação com a maneira de ser dos homens. E é através do trabalho que o homem transforma a natureza em meio de sobrevivência. "Se essa é uma condição imperativa, socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida, é crucial e 'educativo'" (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 02). Segundo ele, crítico ao liberalismo econômico presente no âmbito educacional, o projeto de educação brasileiro deveria ser coerente com a necessidade das maiorias, ao contrário do que se vê na realidade: uma formação fragmentada e centrada no encurtamento da aprendizagem voltada para atender a ocupação de cargos de trabalho (FRIGOTTO, 1993).

Outro estudioso do tema, Paulo Freire, destaca a educação como instrumento de mudança da realidade. Esta mudança deve ocorrer em uma dimensão libertadora. Acredita ainda, que o objetivo da educação é formar homens críticos, capazes de reconhecerem a si próprios, e com isso, inserir-se na História como sujeitos e não como objetos (FREIRE, 2003).

Conhecer, na dimensão humana, [...] não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. [...] O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o 'como' de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. [...] Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito, e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer (FREIRE, 2001, p. 27).

Neste contexto, a escola como um dos instrumentos da educação deve ser democrática para todas e todos com enfoque na prática, participação, diálogo, criticidade. Deve aliar trabalho e estudo dando importância ao trabalho em grupo e à pesquisa. Deve dar suporte ao aluno no enfrentamento de dificuldades e no desenvolvimento da solidariedade, participação e investigação. Deve ainda desenvolver

a consciência crítica para o exercício da autonomia do aluno na própria escola (FREIRE, 2001).

Na mesma linha epistemológica de Freire, Moacir Gadotti compreende educação como um bem coletivo. Trata da educação como

obra transformadora, criadora. Ora, para criar é necessário mudar, perturbar, modificar a ordem existente. Fazer progredir alguém significa modificá-lo. Por isso, a educação é um ato de desobediência e de desordem. Desordem em relação a uma ordem dada, uma pré-ordem (GADOTTI, 1991, p. 89)

O autor supracitado também apoia uma educação multicultural alicerçada na cultura individual de cada aluno. Contudo, não significa “negar o acesso à cultura geral elaborada”, tratando-se sim, “de não matar a cultura primeira do aluno”. É através da educação multicultural que se pode dar conta do mundo atual de tecnologias e inovações. O multiculturalismo busca a equidade para a educação como possibilidade para uma “convivência democrática e harmoniosa” (GADOTTI, 1995, p. 284, 285).

Para o pesquisador Demerval Saviani (2011, p. 11 e 12) a educação é fenômeno humano próprio da natureza humana. “O que significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho”. Conforme o autor existe o trabalho material e o não material. O trabalho material dá origem à produção de bens materiais para subsistência do homem. Já o trabalho não material perpassa o campo das “idéias, conceitos valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades”, ou seja, “a produção do saber”. E é no âmbito do trabalho não material que se encaixa a educação, mais especificamente no trabalho não material em que não há separação entre produto e ato de produção. Isso se explica uma vez que

a educação não se reduz ao ensino, é certo, entretanto, que ensino é educação e, como tal, participa da natureza própria do fenômeno educativo. Assim, a atividade de ensino, a aula, por exemplo, é alguma coisa que supõe, ao mesmo tempo, a presença do professor e a presença do aluno. Ou seja, o ato de dar aula é inseparável da produção desse ato e de seu consumo. A aula é, pois, produzida e consumida ao mesmo tempo (produzida pelo professor e consumida pelos alunos) (SAVIANI, 2011, p.12).

Saviani contribui também no que diz respeito à especificidade da educação. Para ele,

o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 2011, p. 13).

segundo Libâneo (2004), as definições de educação são tão variadas quanto são as correntes e autores que se dedicaram ao seu estudo. Contudo, vê-se que entre estas correntes de pensamento e autores há quase uma unanimidade em considerar a educação como um processo de desenvolvimento e transformação contínuos do indivíduo.

Conforme alguns autores a seguir existem três modalidades de educação, a saber: educação formal, não formal e informal. Ou ainda, autores como Dinorá Zucchetti e Eliana Moura, José Augusto Palhares, Ricardo Antunes de Sá, Acacia Zeneida Kuenzer nos fazem compreender estas três modalidades de educação em outra divisão, quais sejam, educação escolar e não escolar. A seguir, à luz destes autores da área da educação, tenta-se elucidar tais conceitos.

2.1 EDUCAÇÃO FORMAL OU EDUCAÇÃO ESCOLAR

Esta modalidade de educação ocorre no interior das escolas, tradicionalmente percebidas como “*locus*” para o desenvolvimento (GUIMARÃES; VASCONCELOS, 2006). Pressupõe ambiente institucionalizado, normatizado, com regras e padrões comportamentais definidos e regulamentados previamente por lei. Segundo diretrizes nacionais têm como objetivo ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados para o desenvolvimento do indivíduo no que diz respeito à habilidades, competências, criatividade e percepção (GOHN, 2006).

A expectativa do ensino formal direciona-se no sentido de uma aprendizagem efetiva, para além da certificação e titulação que capacitam os indivíduos a seguir para séries, graus mais avançados (GOHN, 2006).

Para dar conta destas funções a educação formal requer tempo, local específico, professores e funcionários especializados, organização em vários níveis, sistematização sequencial das atividades, disciplinamento, regulamentos, leis e ainda órgãos superiores.

Em relação a estes aspectos, mais especificamente no que diz respeito ao currículo, alguns autores do cotidiano, como Eduardo Ferraço, chamam a atenção no que concerne ao planejamento do mesmo. Deve-se levar em consideração as vivências do aluno, suas redes de saberes e não o ensino formal de forma isolada. “O pensar os currículos de uma escola implica, então, viver seu cotidiano, o que inclui, além do que é formal, e tradicionalmente estudado, toda a dinâmica das relações estabelecidas”. (FERRAÇO, 2007, p. 75). E ainda,

Quando pensamos com o cotidiano das escolas, encontramos dificuldades em responder quando é que acontece, por exemplo, o planejamento, a avaliação, a aprendizagem, o ensino, entre outras tantas questões. De fato, se nos situamos em meio às redes cotidianas das escolas, e com os sujeitos, a resposta para essas questões é uma só: acontece tudo ao mesmo tempo e com todos! (FERRAÇO, 2007, p. 76).

O autor defende a ideia do ensino formal, a escola menos engessada que pense o cotidiano escolar em redes de saberes. Redes estas, que incluem, engloba todos os sujeitos envolvidos no cotidiano escolar como professores, alunos e demais funcionários:

Assim, em vez de um sistema formal e *a priori* de categorias, conceitos, estruturas, classificações, ou outras formas de regulação, de ordenação exterior à vida cotidiana; temos considerado a possibilidade de pensar o cotidiano como redes de *fazeressaberes* (Alves, 2001) tecidas pelos sujeitos cotidianos (FERRAÇO, 2007, p. 77).

Estas redes “não se limitam ao território das escolas, também os sujeitos que as tecem não se reduzem aos sujeitos que lá estão [...]” (FERRAÇO, 2007, p. 78) e, por conseguinte, o conhecimento não se resume àquele apreendido na escola como veremos nesta pesquisa.

Ainda no que diz respeito à conceituação de educação formal concorda-se com Libâneo (2004) que vê a educação formal como um tipo de educação intencional

juntamente com a educação não formal comentada na próxima seção. De acordo com o autor, a intencionalidade da educação é consequência da complexificação da vida sociocultural, da modernização das instituições, do progresso técnico científico e da necessidade de uma ampliação do número de indivíduos participativos das decisões que envolvem a coletividade.

2.2 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E INFORMAL OU EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR

Em se tratando de educação não formal, de acordo com Gohn (2006), é aquela que se dá através do compartilhamento de experiências na vida em comunidade. Esta modalidade de educação acontece em diferentes espaços que compõem a trajetória de vida do indivíduo nos quais se desenvolvem interações intencionais como a transmissão ou troca de conhecimentos. Gohn também enumera alguns objetivos da educação não formal. São eles:

- 1) Educação para cidadania; 2) Educação para justiça social; 3) Educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais etc.); 4) Educação para liberdade; 5) Educação para igualdade; 6) Educação para democracia; 7) Educação contra discriminação; 8) Educação pelo exercício da cultura, e para manifestação das diferenças culturais (GOHN, 2006, p. 33).

Do mesmo modo, Libâneo (2004) caracteriza a educação não formal também como intencional, todavia, diferindo da educação formal, com baixo grau de estruturação e sistematização. Como é o caso dos movimentos sociais, trabalhos comunitários como reuniões, palestras, atividades extraescolares, feiras, teatro, circo, cinema e museus.

Consoante com Guimarães e Vasconcelos (2006), os museus possuem caráter de não formalidade permitindo uma maior liberdade na seleção e organização de conteúdos e metodologias. Amplia, então, a possibilidade de interdisciplinaridade e contextualização com a educação formal. Isto mostra, de acordo com Libâneo (2004), que o conhecimento do indivíduo pode tranquilamente transitar entre a educação formal e não formal, ou ainda a informal, ou as três categorias juntas.

A esse respeito, Campos (1985) nos revela ser invisível a barreira entre a informalidade e a não formalidade da educação uma vez que algumas ideias dos meios de comunicação e dos familiares podem ter cunho educativo intencional e, portanto, se situariam na teoria, no campo da educação não formal. Por este motivo, nos dias atuais, defende-se a utilização do termo não escolar.

Com o intuito de dar seguimento à caracterização da educação não formal, esta tem a função de capacitar, preparar os indivíduos para o mundo, para o exercício da cidadania e desenvolvimento de suas relações sociais. Pode ainda, desenvolver uma série de processos. São eles: “consciência e organização de como agir em grupos coletivos; construção e reconstrução de concepção (ões) de mundo e sobre o mundo” (GOHN, 2006, p. 30).

Nesta linha de pensamento, Casteleiro (2008, p. 14) também acredita na inclusão social por meio da educação não formal:

A educação formal possui limitações para a inclusão social de certos grupos sendo por isso necessário explorar as possibilidades que as práticas da educação não formal oferecem para a construção da identidade, a recuperação da autoestima, a preparação profissional e o desenvolvimento da consciência política e social de cada indivíduo.

A educação não formal contribui também, em programas com crianças, adolescentes e jovens para a autovalorização, sentimento de identidade com a comunidade, ajuda no enfrentamento de adversidades. Acrescenta também, sentimentos de aceitação e reconhecimento dentro das diferenças raciais, étnicas, religiosas, culturais e interpretação do mundo (GOHN, 2006).

Em se tratando de educação informal, Saviani (1989, p. 51) a caracteriza como aquela que

ocorre em todos os setores da sociedade: as pessoas se comunicam tendo em vista objetivos que não o de educar e, no entanto, educam e se educam. [...] ocorre uma atividade educacional, mas ao nível da consciência irrefletida, portanto, não intencional [...]

Nesse sentido, na década de 1980, segundo Fukui e Demartini (1980) a educação informal já era vista como uma espécie de escola paralela juntamente com a

educação de massa, educação de adultos, educação permanente e, também, tinha um caráter assistemático de compreensão dos processos de socialização do indivíduo.

Gohn (2006), nos fala também sobre a assistematicidade da educação informal. Os conhecimentos são repassados a partir das práticas e experiências anteriores, é comum o passado orientar o presente. A educação informal atua no campo das emoções e sentimentos, carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados. É um processo permanente e não organizado que ocorre durante o processo de socialização na família, no bairro, no clube, entre amigos, nos meios de comunicação.

Para Libâneo, a informalidade indica a modalidade de educação resultante das situações em que vivem os indivíduos,

[...] envolvendo tudo o que do ambiente e das relações socioculturais e políticas impregnam a vida individual e grupal. Tais elementos informais da vida social afetam e influenciam a educação das pessoas de modo necessário e inevitável, porém não atuam, metodicamente, pois não há objetivos preestabelecidos conscientemente. Daí seu caráter não intencional (LIBÂNEO, 2004 p. 90).

A educação informal tem como objetivo promover a socialização do indivíduo no seu grupo. Desenvolve “hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequenta ou que pertence por herança, desde o nascimento” (GOHN, 2006, p. 29). Os resultados desse tipo de educação são imprevisíveis, eles simplesmente acontecem espontaneamente tais quais as formas de agir e pensar de um determinado grupo social.

Desse modo, “o caráter não intencional da educação informal não diminui a importância dos influxos do meio humano e do meio ambiente na conformação de hábitos, capacidades e faculdades de pensar e agir do homem”. A atenção voltada para educação informal prova a totalidade dos processos educativos para além da relação professor-aluno, proporcionando ao indivíduo, conhecimentos, experiências ricas que muitas vezes podem não ser abordadas em outras modalidades de educação (LIBÂNEO, 2004, p. 91).

Em se tratando do conceito de educação não escolar, do qual se entende abrigar a educação não formal e informal, se está de acordo com Trilla Bernet (1998, p.

18 apud Palhares, 2009, p. 58) que designa a educação não formal e informal como "o amplíssimo e heterogêneo leque de processos educativos não escolares ou situados à margem do sistema de ensino oficial".

Kuenzer (1999, p. 170) também dá sua contribuição ao afirmar que os processos educativos para além da escola ou não escolares são aqueles encontrados em variados lugares, tais como "sindicatos, movimentos sociais, empresas ou em qualquer instituição que desenvolva processos sistematizados e intencionais de formação humana". No entanto,

Essa concepção não elimina outros campos de atuação nos quais se desenvolvem processos amplamente pedagógicos que demandam supervisão ou mesmo intervenção de professores ou especialistas em educação, tais como meios de comunicação, museus, postos de saúde, serviços de apoio a produtores rurais, e assim por diante. (KUENZER, 1999, p. 170)

Na mesma direção, segundo Sá (2000, p. 176) a educação não escolar deve estar preocupada com sua organização, sua especificidade, finalidade, com o "tipo de conhecimento produzido (...) e qual a contribuição que proporcionam no sentido de transformarem ou não as circunstâncias e as consciências". E também,

É preciso, pois, captar, compreender a especificidade, a história, o discurso, a cultura, as mediações que constroem o trabalho educativo não escolar e as relações que desenvolve com a sociedade civil [...]. Apreender a Dimensão Pedagógica do trabalho educativo não escolar no âmbito das relações contraditórias da sociedade contemporânea é entender as possibilidades históricas de transformação social através do trabalho de elevação cultural e moral dos sujeitos históricos [...]. (SÁ, 2000, p. 176).

Em relação à atuação do educador envolvido em educação não escolar, deve demandar, no entender da autora,

intencionalidade, um tipo ou forma de organizar sua atividade, preocupação com encaminhamentos técnico-metodológicos para repassar determinado conhecimento ou informação que instrumentalize seu ou seus interlocutores para além do senso comum, na perspectiva de transformação (SÁ, 2000, p.178-179).

A este respeito, Kuenzer (2000, p. 02) também contribui no sentido de como deve ser alicerçado o trabalho pedagógico pelo educador:

O eixo de sua formação (dos profissionais da Educação, do Pedagogo) é o trabalho pedagógico escolar e não escolar, que tem na docência, compreendida como ato educativo intencional, o seu fundamento. É a ação docente, portanto, o elemento catalizador de todo o processo de formação do profissional de educação, a partir da qual as demais ciências se aglutinarão para dar suporte à investigação e à intervenção sobre os processos de formação humana.

Voltando para o contexto de educação escolar e não escolar, para José Augusto Palhares a relação da escola com outros tipos de educação tem função social e é extremamente enriquecedora. É possível compreender a escola “pela deambulação crítica entre as suas fronteiras e ao mesmo tempo estabelecer pistas de análise sobre as relações que esta instituição estabelece com outras instâncias educativas” (PALHARES, 2009, p. 53).

De acordo com o autor a própria escola pode tornar-se “alavanca reflexiva para se pensar as possibilidades educativas que se esboçam entre o escolar e o não escolar, tanto nos espaços e tempos escolares como para além deles” (PALHARES, 2009, p. 53). Para o autor “os investimentos diferenciais no não escolar têm constituído uma peça importante na construção de percursos escolares distintivos e de reprodução social e cultural” (La BELLE, 1982 apud PALHARES, 2009, p. 56).

Consoante com Zuchetti e Moura (2007, p. 04) a educação deve ultrapassar o ambiente escolar. Isto é, “a fim de que se firme a concepção de que a educação está para além dos muros da escola e, nesta perspectiva, há a concepção de que a educação escolar traz consigo a sua complementaridade: a educação não escolar”. Neste sentido, as autoras afirmam que

Atualmente, também, outros sujeitos têm sido alvo de práticas de educação que se desenvolvem em espaços não escolares: idosos – por suas demandas por convivência e cuidado, trabalhadores desempregados e ou subempregados – que necessitam de (re) qualificação, além de adultos e jovens que se inserem em experiências de trabalho coletivo e/ou movimentos sociais, demonstrando que a educação enquanto prática social não pode mais ser reduzida e encarcerada no ambiente escolar. Assim, novos sujeitos, outros espaços de intervenção e metodologias diversas têm merecido atenção por parte de educadores, pesquisadores e gestores, quer no âmbito das políticas públicas, quer por parte das universidades e suas propostas de ensino, pesquisa e extensão (ZUCHETTI; MOURA, 2007, p. 01-02).

Portanto, segundo as autoras, a educação não escolar vem ganhando espaço não somente no trabalho desenvolvido pelos educadores com trabalhadores, jovens, idosos, mas também nas políticas públicas em educação.

Nesta seção foram explanados os conceitos, as características das modalidades de educação, quais sejam educação escolar e não escolar, esta última abrigando educação não formal e informal. A próxima seção destina-se às diferenças entre as modalidades de forma mais sistemática.

2.3 AS DIFERENÇAS ENTRE AS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO

Para melhor esclarecer as diferenças entre educação formal, não formal e informal (escolar e não escolar) de uma maneira prática, autores como Trilla-Bernet (2003); Poizat (2003); Vazquez (1998 apud PINTO, PEREIRA, 2008, p. 03) situam-nas em alguns critérios. São eles:

- Intencionalidade da ação educativa;
- Caráter metódico e sistemático do processo educativo;
- Duração e universalidade do processo educativo;
- Estruturação da atividade educativa,
- Dimensão institucional inerente à ação educativa.

Segundo os autores supracitados a educação informal ao contrário das outras duas, não possui intenção, nem metodologias, nem sistematicidade ou estruturação. Porém, seria ilimitada ao tempo e dirigida a um número e tipo indiferenciado de pessoas (TRILLA-BERNET, 2003; POIZAT, 2003; VAZQUEZ, 1998 apud PINTO, PEREIRA, 2008).

Já na diferenciação entre educação formal e não formal esses critérios cairiam para dois principais. O metodológico e o estrutural. A educação não formal não possui métodos pedagógicos e estruturação da atividade educativa como acontece na educação formal.

Embora as diferenças entre estas modalidades possam passar desse número ou complexidade, é interessante que estas diferenças simples estejam bem

definidas porque são elas que darão as pistas sobre como diferenciar os termos que são comumente confundidos (TRILLA-BERNET, 2003; POIZAT, 2003; VAZQUEZ, 1998 apud PINTO, PEREIRA, 2008).

Ainda na diferenciação, segundo Gohn (2006), a educação formal tem como educadores os professores (quem educa), no interior das escolas (onde se educa) com conteúdos sistematizados, regulamentados, currículo (o que se educa). A educação não formal tem como educadores as pessoas com quem interagimos, o palestrante, o voluntário (quem educa) em espaços extraescolares com intenção de aprendizagem (onde se educa), tendo a característica de uma educação voltada para as necessidades e interesses dos indivíduos, do grupo (o que se educa). Já a educação informal figura o aprendizado não intencional, que surge no dia a dia, a partir de relações espontâneas, com a família, amigos, colegas de profissão, livros, revistas (quem educa), nos mais variados ambientes de convivência do indivíduo, no clube, em casa, nos encontros, nos cursos/palestras entre outros (onde se educa), em que o indivíduo apreende conhecimentos relativos à sua vida prática, hábitos, tradições e linguagens (o que se educa).

3 ETNOCONHECIMENTO

O etnoconhecimento pode ser entendido como “o conhecimento produzido por diferentes etnias em diferentes locais no globo terrestre a partir do saber popular”. (MIRANDA, 2007, p. 02). Pode ser considerado também uma construção sócio cultural de cada povo, etnia em particular, sua maneira própria de representação do mundo. O etnoconhecimento envolve “conhecimentos dinâmicos que se encontram em constante processo de adaptação, com base em uma estrutura sólida de valores, formas de vida e crenças míticas, enraizados na vida cotidiana dos povos” (MIRANDA, 2007, p. 02).

O etnoconhecimento “é a construção do conhecimento e do currículo coletiva, processual e não linear” de determinado povo (LIMA, 2001, p. 01). Conhecimento este, dinâmico em constante adaptação, “transmitidos de geração em geração, de maneira oral e desenvolvidos à margem do sistema social formal” (MIRANDA, 2007, p. 02). Um dos princípios do etnoconhecimento é a “valorização do conhecimento local e protagonismo dos atores sociais envolvidos” (MAFRA, STADTLER, 2007, p. 01).

Ao articular o etnoconhecimento e a educação Rodrigues e Passador asseveram que:

O conhecimento adquirido através de transmissão não formal, sobretudo aquele derivado de comunidades tradicionais, também denominado de etnoconhecimento, transmitido de geração em geração, tem dificuldades em participar do processo de ensino aprendizagem na escola. Por conta de muitas vezes o conhecimento não formal ser interpretado como um conhecimento não científico, pela ausência de pertinência com a metodologia científica, difunde-se uma concepção que o mesmo é assistemático o que por si só o desvaloriza. O descrédito com este tipo de saber inviabiliza um dialogo entre a escola e a sociedade de um modo geral, bem como com o mundo acadêmico, salvo as tentativas recentes de união de saberes, possibilitadas pelas áreas denominadas de etno (RODRIGUES, PASSADOR, 2010, p. 08).

Sabendo-se, diante do exposto que etnoconhecimento está profundamente ligado à cultura e ligado à etnobotânica, que por sua vez tem ligação com conhecimento popular, e, por conseguinte, neste trabalho em particular: plantas medicinais, procuro apresentar algumas reflexões desta teia de interações no decorrer deste capítulo.

3.1 CULTURA

Tratar a respeito da conceituação de cultura não é algo simples. Entendo que cultura é um assunto complexo e pode ter várias facetas. O objetivo desta seção não é esgotar a discussão acerca do termo e sim apresentar autores que discutem o tema e que conseqüentemente trazem maior colaboração com objeto de estudo desta pesquisa.

Se remetermos à origem da palavra no latim, temos cultura como substantivo feminino, em sentido próprio: cultura, agricultura (Cícero, na obra “Sobre os Fins” 4, 38) e em sentido figurado: cultura (do espírito) (Cícero “Tusculanae” 2, 13). Ação de cortejar, fazer a corte a alguém (Horácio “Epístolas” 1, 18, 86). Temos também *cultus* com sentido próprio: cultura, amanho (da terra) (Cícero “De Legibus” 2,88), e em sentido figurado: cultura (do espírito), educação, civilização (Cícero “Sobre os Fins” 5, 54). É daí o sentido de gênero de vida, costumes, maneira de vestir, moda. Ou ainda culto, acatamento, reverência (Cícero “De Legibus” 1, 60) (FARIA, 1956).

Dentre os significados de cultura pode-se percebê-la como manifestação artística na forma de teatro, dança e música. “Outras vezes, ao se falar na cultura de nossa época ela é quase que identificada com os meios de comunicação de massa, tais como o rádio, o cinema e a televisão”. E ainda a cultura pode significar as cerimônias tradicionais de determinado povo, suas crenças, seu modo de se vestir ou seu idioma (SANTOS 1994, p. 22).

Para Siqueira (2011b, p. 88) cultura abrange muito mais que a acepção convencional do termo no que diz respeito a manifestações artísticas. “Refere-se, portanto, às formas de vida globalizada ou às experiências vividas por um ou mais grupos sociais (...) no sentido de experiências do cotidiano”.

Ao se fazer um recorte de origens da palavra alguns autores atribuem ao termo germânico *Kultur*, no final do século XVIII que simbolizava todos os aspectos espirituais de uma dada comunidade. Ao passo que a palavra francesa *Civilization* representava os aspectos materiais (LARAIA, 2006).

Foi o inglês Edward Tylor, em 1871, no livro *Primitive Culture*, o responsável por sintetizar as duas significações no termo *Culture*: “tomado em seu amplo sentido

etnográfico um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (LARAIA, 2006, p. 25).

Consoante com Laraia (2006, p. 25), o conceito de cultura de Tylor “abrangia todas as possibilidades de realização humana”, enfocando também o aspecto de aprendizado da cultura em oposição à cultura como determinismo biológico.

Segundo Santos (1994), existem dois conceitos básicos de cultura. O conceito de cultura pode remeter a todos os aspectos de uma realidade social ou referir-se ao conhecimento, ideias, crenças de uma determinada população.

Quando se fala em cultura em um sentido de realidade social abrange-se toda caracterização da existência de um povo, a sua maneira de conceber e organizar sua vida social ou seus aspectos materiais, por exemplo, quando se fala em cultura francesa, cultura xavante, cultura japonesa ou de outros povos. Já o segundo conceito dá ênfase ao conhecimento de um indivíduo, quando se fala, por exemplo, que certa pessoa tem cultura, nos remete a algo como: ela tem instrução (SANTOS, 1994).

Keesing (1981 apud HELMAN, 2003, p. 12) traz um conceito de cultura como um “sistema de ideias compartilhadas, sistemas de conceitos e regras e significados que subjazem e são expressos nas maneiras como os seres humanos vivem”.

Cultura também pode significar um conjunto de princípios (explícitos e implícitos) passados de geração em geração em uma determinada comunidade. Essa herança ajuda os indivíduos em seu comportamento, vivência, nas suas relações, na maneira como entendem o mundo e o ambiente natural (HELMAN, 2003).

A transmissão da cultura ocorre por meio da linguagem, por símbolos, pela arte e também pelos rituais. “Em certa medida a cultura pode ser entendida como uma lente herdada para que o indivíduo perceba e entenda o seu mundo e para que aprenda a viver nele”. Sem a percepção de mundo a continuidade de qualquer grupo humano se tornaria algo impossível (HELMAN, 2003, p. 12).

A antropologia, de modo simples, tem por ciência o homem e possui vários estudiosos em muitos campos de investigação. O antropólogo Claude Lévi-Strauss também contribui com o tema. Para ele a cultura surgiu no momento em que o homem convencionou a primeira regra, a primeira norma. Denomina cultura, portanto, como

“todo o conjunto etnográfico que do ponto de vista da investigação, apresenta, com relação a outros, afastamentos significativos” (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 319). Sendo ainda, “um sistema simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana” (*Ibidem*, p. 319).

Kroeber (1949), estudado por Laraia (2006, p. 48), amplia o conceito de cultura como se pode observar a seguir:

- 1.A cultura mais do que a herança genética determina o comportamento do homem e justifica suas realizações.
- 2.O homem age de acordo com os seus padrões culturais. Os seus instintos foram parcialmente anulados pelo longo processo evolutivo por que passou.
- 3.A cultura é o meio de adaptação aos diferentes ambientes ecológicos. Em vez de modificar para isto o seu aparato biológico, o homem modifica seu equipamento superorgânico.
- 4.Em decorrência da afirmação anterior, o homem foi capaz de romper as barreiras das diferenças ambientais e transformar toda a terra em seu hábitat.
- 5.Adquirindo cultura, o homem passou a depender muito mais do aprendizado do que a agir através de atitudes geneticamente determinadas.
- 6.Como já era do conhecimento da humanidade, desde o Iluminismo, é este o processo de aprendizagem (socialização) que determina o seu comportamento e a sua capacidade artística ou profissional.
- 7.A cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Este processo limita ou estimula ação criativa do indivíduo.
- 8.Os gênios são indivíduos altamente inteligentes que têm a oportunidade de utilizar o conhecimento existente ao seu dispor, construído pelos participantes vivos e mortos de seu sistema cultural, e criar um novo objeto ou uma nova técnica. Nesta classificação podem ser incluídos os indivíduos que fizeram as primeiras invenções, tais como o primeiro homem que produziu o fogo através do atrito da madeira seca; ou o primeiro homem que fabricou a primeira máquina capaz de ampliar a força muscular, o arco e flecha etc. São eles gênios da mesma grandeza de Santos Dumont e Einstein. Sem as suas primeiras invenções ou descobertas, hoje consideradas modestas, não teriam ocorrido as demais. E pior do que isto, talvez nem mesmo a espécie humana teria chegado ao que é hoje.

Santos (1994, p. 44-45) sintetiza no excerto abaixo aquilo que acredito ser importante na conceituação de cultura e o que ela representa. Diz o autor:

Cultura é uma dimensão do processo social da vida de uma sociedade. Não diz respeito apenas a um conjunto de práticas e concepções, como por exemplo, se poderia dizer da arte. Não é apenas uma parte da vida social como, por exemplo, se poderia falar da religião. Não se pode dizer que cultura seja algo independente da vida social, algo que nada tenha a ver com a realidade onde existe. Entendida dessa forma, cultura diz respeito a todos os aspectos da vida social e não se pode dizer que ela exista em alguns contextos e não em outros. Cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão

do processo social. Ou seja, a cultura não é algo natural, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana. Isso se aplica não apenas à percepção da cultura, mas também sua relevância, à importância que passa a ter. Aplica-se ao conteúdo de cada cultura particular, produto da história de cada sociedade.

Ao tratarmos das classificações de cultura, para Ullmann (1991) existe a cultura material e a cultura não-material. A cultura designa o *modus vivendi* que o homem desenvolveu e desenvolve para conviver em sociedade. Ainda pode significar a maneira de agir, pensar, sentir, as leis seguidas, a religião praticada, o que caracteriza uma cultura não-material.

De acordo com o autor os instrumentos utilizados pelos indivíduos de uma comunidade, a maneira de obtê-los, as habitações, as roupas são exemplos de outra classificação de cultura, a material. Defende ainda, a ideia de que a cultura é transmissão social, não herança genética; é um apanhado de costumes humanos que expressam a totalidade da experiência dos homens acumulada e socialmente transmitida (ULLMANN, 1991). Nesta perspectiva, e

Acompanhando, em largos passos, a vida de um homem desde o levantar até o deitar, nada mais vemos do que expressões de cultura. Saltar da cama, da rede, ou erguer-se de um monte de areia, que serviu de abrigo, à noite, é cultura. Lavar o rosto, após, ou não, vestir-se, alimentar-se de carne ou legumes, fazer um *breakfast*, é cultura. Cultura é a saudação dirigida a alguém, em complicado ritual ou manifestada por simples gesto [...], é a maneira de sentar na cadeira, no escritório. Cultura é a forma de educar a prole (ULMANN, 1991. p 84).

O antropólogo americano Edward T. Hall (1984) também propõe divisões dentro da cultura. Segundo ele, existem três níveis de cultura em cada grupo humano, partindo da superficialidade para a profundidade nesta ordem: do terceiro para o segundo e primeiro nível (HELMAN, 2003).

O terceiro nível de cultura representa a cultura explícita e manifesta na forma de rituais sociais, culinária, roupas, ou seja, aquilo que o mundo em geral pode perceber (HELMAN, 2003).

É no nível secundário que ocorre a cultura implícita, que corresponde às crenças, às regras características de um determinado grupo social. As regras neste

nível são conhecidas pelo grupo, mas dificilmente compartilhada com alguém de fora do grupo (HELMAN, 2003).

O nível primário é o mais profundo. Nele se encontram regras implícitas também, porém pressupostas e dificilmente declaradas até mesmo entre os sujeitos do grupo em estudo. Neste nível a cultura pode estar fora da percepção consciente dos indivíduos do grupo, sendo praticamente impossível ao sujeito “de fora”, expressá-los (HELMAN, 2003).

Helman (2003, p. 12) afirma ainda que o nível terciário de cultura de uma sociedade específica é mais facilmente observado podendo muitas vezes ser modificado ou manipulado. Já “os níveis mais profundos (secundário e primário) são mais ocultos, estáveis e resistentes às mudanças”.

Outras classificações, acepções do termo cultura podem ser vistas em Mello (2001). São elas: cultura objetiva, subjetiva, material, não-material, real e ideal.

A cultura objetiva caracteriza-se pelos valores, aptidões, experiências que são exteriorizadas, ou seja, todo o conjunto dos feitos humanos ao longo dos séculos. A cultura subjetiva “é a que fornece padrões individuais de comportamento”, representa o que está interiorizado e que muitas vezes tem uma inter-relação com a cultura objetiva (MELLO, 2001, p. 44).

A cultura material são os bens manufaturados, artefatos, objetos, invenções produzidos pelo homem e que resultam da capacidade de projetar, construir. A cultura não-material é representada pelos hábitos, crenças, conhecimentos, aptidões, com a ressalva de que esses elementos muitas vezes inconscientes possuem conteúdo e significado (MELLO, 2001).

O conjunto de tudo de concreto realizado pelas pessoas socialmente no seu dia a dia representa a cultura real. Já cultura ideal é aquela em que as pessoas acreditam que deveriam ter. Existe uma relação entre cultura objetiva e subjetiva com a real e ideal uma vez que nas situações concretas da vida social, o comportamento de um indivíduo passa a ser norma para o outro (MELLO, 2001).

A formação cultural do indivíduo influencia aspectos da sua vida social, suas crenças, modos de vestir, seus comportamentos, emoções. Contudo, a cultura na qual

nascemos e vivemos não é a única a influenciar no modo de vida de um indivíduo (HELMAN, 2003).

Aliados à cultura temos os fatores individuais como idade gênero, experiências, personalidade; fatores educacionais como educação formal, informal ou escolar e não escolar; fatores socioeconômicos que compreendem classe social, ocupação, status econômico e fatores ambientais tais como clima, poluição e tipos de infraestrutura disponíveis como moradia, por exemplo (HELMAN, 2003).

Como características da cultura diz-se que ela é simbólica, social, dinâmica e estável, seletiva, universal e regional e determinante e determinada (MELLO, 2001).

A respeito do aspecto simbólico da cultura, o antropólogo Leslie White acrescenta através de Laraia (2006, p. 55) que:

Todo comportamento humano se origina no uso de símbolos. Foi o símbolo que transformou nossos ancestrais antropóides em homens e fê-los humanos. Todas as civilizações se espalharam e perpetuaram somente pelo uso de símbolos... Toda cultura depende de símbolos. É o exercício da faculdade de simbolização que cria a cultura e o uso de símbolos que torna possível a sua perpetuação. Sem o símbolo não haveria cultura, e o homem seria apenas animal, não um ser humano. [...] O comportamento humano é o comportamento simbólico. Uma criança do gênero *Homo* torna-se humana somente quando é introduzida e participa da ordem de fenômenos superorgânicos que é a cultura. E a chave deste mundo, e o meio de participação nele, é o símbolo.

A cultura é marcada pela simbologia interpretada pelos indivíduos. A caça, a agricultura, o casamento, a arte, a música, os rituais significam mais do que funções naturais, são fenômenos regulamentados, interpretados carregados de simbolismos (ULLMANN, 1991). Corroborando com Mello (2001, p. 47-48), “todo símbolo é cultural uma vez que supõe uma ordenação inteligente de todo mundo visível [...]”. É graças a essa ordenação, sistematização que o homem consegue classificar os animais, os objetos, sua linguagem. Segundo Ullmann (1991) a linguagem é um meio simbólico poderoso para informar, conduzir, encaminhar o pensamento ao rumo desejado por quem fala, desperta sentimentos, interpreta experiências. De acordo com Mello (2001) é a propriedade simbólica da cultura que permite que ela seja transmitida e seja social.

Outra observação importante é que a cultura é social como consequência de ser simbólica. O símbolo existe em razão de supor um emissor e um receptor, se não fosse para compartilhar símbolos, socializá-los não haveria razão para eles existirem. É

difícil pensar em hábitos, costumes, padronização apenas em nível individual. “Ninguém escreve um livro para si ou aprende a falar para falar consigo mesmo”. A transmissão de símbolos é um processo social (MELLO, 2001, p. 50).

Nesse sentido, ao se afirmar que a cultura é dinâmica e estável pode parecer um paradoxo, e o é. A cultura é dinâmica e de certo modo estável. Estável enquanto lhe destacamos a tradição de padrões de comportamento e dinâmica pela capacidade de mudanças grandes ou pequenas. “A mudança cultural ocorre em razão das novas necessidades e novas situações” (MELLO, 2001, p. 53).

De acordo com Santos (2001 p. 47), “a cultura faz parte de uma realidade onde a mudança é um aspecto fundamental”. Qualquer sistema cultural se encontra em um contínuo processo de mudança. Assim sendo, a mudança provocada pelo contato não significa um salto de um nível estático para um dinâmico e sim, a passagem de uma espécie de mudança para outra (LARAIA, 2006). Nesta ideia do dinamismo da cultura e da capacidade de mudança, concordo com as palavras de Lévi-Strauss ao ser entrevistado por Beatriz Moises: “as culturas não desaparecem nunca, elas se misturam com outras, e dão origem a uma outra cultura” (MOISES, 1999, p. 02), portanto, trata-se de um movimento constante e dinâmico.

Outra característica da cultura é a seletividade. A cultura é seletiva ao passo que existe sempre um processo de reformulação na sua transmissão para gerações vindouras de uma dada comunidade. Durante o processo de transmissão podem ser incluídos ou retirados alguns valores, crenças ou modo de ser, caracterizados, portanto, como uma seleção de padrões em cada geração. A seletividade nem sempre é consciente, aliás, acredita-se que a maioria dos fatores seletivos são inconscientes (MELLO, 2001).

A cultura representa também um fenômeno universal, ou seja, qualquer povo seja em qualquer parte do planeta em que ele habite tem o seu modo de obter os meios de vida, conhecem uma forma de distribuir sua produção, possuem um sistema econômico-político e expressam formalidade às instituições como a família, a igreja ou religião (HERSKOVITS, 1963 apud MELLO, 2001). “Embora reconhecendo o aspecto universal da cultura temos concretamente acesso direto às realidades regionais”. Em síntese, em todos os tipos de cultura podem ser observados os elementos descritos

acima. Eles representam um caráter universal, porém, suas formas dependem do contexto cultural em que estão inseridas, ou seja, regional ou também denominado de cultura local. A cultura nordestina é um tipo de cultura regional que possui como qualquer outra, elementos universais, mas que também possui uma cultura própria, de cada um dos estados que constitui o nordeste. Isso vale para qualquer região do Brasil, por exemplo (MELLO, 2001, p. 57).

As últimas características a serem enumeradas permeiam a possibilidade de a cultura ser determinante e determinada. Dizer isso significa implicitamente que a cultura faz o homem e este faz a cultura. A cultura faz o homem no sentido de determinar o comportamento humano e ser responsável pela padronização deste comportamento (MELLO, 2001). A herança cultural pode conformar hábitos e costumes do indivíduo, como no exemplo de Kroeber (1945 apud MELLO, 2001, p. 58):

[...] O lógico ou administrador por temperamento, nascido numa casa de pescadores ou de varredores, não conseguirá, talvez, as satisfações e certamente não terá o êxito que obteria se tivesse nascido de pais brâmanes ou xátrias, e o que é verdade para a Índia, também o é para a Europa.

Todavia, também se pode confirmar um paradoxo ao afirmarmos que a cultura pode ser determinada. Isto se explica pelo fato de a cultura ser resultado da criação humana. Ao considerarmos a cultura historicamente observamos o seu cerne nos indivíduos. Não é fácil o processo de mudança na cultura, ocorre que “uma vez aceita a modificação, dificilmente ela abre mão do novo padrão”. As modificações da cultura podem ser de origem geofísica com ou sem a participação do homem; origem social, como em revoluções, invasões, tomadas de territórios; origem demográfica com a variação de números de pessoas e de gênero. Estas variáveis são exemplos de fatores biológicos, sociais e culturais. A cultura de determinado grupo representa uma resultante da ação de cada geração (MELLO, 2001, p. 60). Aqui também cabe lembrar a capacidade de mudança, dinâmica da cultura comentada anteriormente.

Após o primeiro momento deste capítulo que constituiu o estudo do significado de cultura, conceitos, suas divisões segundo alguns autores e suas características, procura-se fazer uma inter-relação desta com a etnobotânica, cenário desta pesquisa.

A etnobotânica estuda a relação homem-plantas. O seu caráter interdisciplinar e integrador demonstrado na diversidade de tópicos que pode estudar, só é possível se houver uma simbiose entre cultura e meio ambiente. Os fatores culturais e ambientais, bem como as concepções desenvolvidas por culturas de determinadas populações regem um aparato importantíssimo de informações sobre as plantas e sobre o aproveitamento que se faz delas (ALBUQUERQUE, 2005).

Diegues e Arruda (2001, p. 07) também tratam do assunto ao afirmar que nas populações tradicionais a utilização das plantas está fortemente presente na cultura popular que é transmitida através de sucessivas gerações. Como fortes características culturais, os conhecimentos tradicionais dos povos representam “valiosa herança para as comunidades que os desenvolvem e os mantêm, além de, potencialmente, representar fonte significativa de informações para as sociedades de todo o mundo”.

A medicina popular e o conhecimento específico sobre o uso de plantas medicinais no Brasil, por exemplo, é o resultado de uma série de influências culturais, tais como a dos povos europeus, indígenas e africanos (DIEGUES, ARRUDA, 2001).

A maneira como os indivíduos de uma cultura percebem, identificam, categorizam e classificam o mundo natural influencia também no seu modo de pensar, agir e se expressar em relação ao ambiente (COSTA NETO, PACHECO, 2007 apud LARA, FRANÇA, PEREIRA, 2009). Desta forma, o ambiente natural pode direta ou indiretamente afetar as condições sociais e a experiência humana, da mesma forma que as condições sociais podem afetar o meio natural e a própria experiência humana (DIEGUES, 2001).

Consoante com Saldanha (2005), a cultura é parte fundamental na relação homem-meio ambiente. Geertz (1989) completa este raciocínio ao conceber a cultura e o ambiente como: intimamente interligados. Segundo Laraia (2006, p. 72), “o homem vê a natureza através da sua cultura”, podemos afirmar que existem, então, diversas representações uma vez que diferentes culturas constroem as suas próprias representações da natureza (SALDANHA, 2005).

Ainda sobre o assunto, Geertz também aparece nos estudos de Diegues (1998): a cultura representa verdadeiros mapas mentais, representações que o homem cria. Estas representações são construídas com a finalidade de compreensão do meio

ambiente, da natureza do homem e das suas relações. Desta maneira “homens reinventam seus mundos, reforçando ou transformando os mundos de seus antecessores [...] ao passo que as representações estão intimamente relacionadas com o fluxo da vida social” (DIEGUES, 1998, p. 10).

Essa relação homem-cultura-natureza também se encontra dissolvida no conceito de ecologia humana:

Em ecologia humana focalizamos as interações entre dois sistemas. Um é o Homem, sistema bem mais complexo que aqueles encontrados entre os mamíferos superiores, onde a inteligência, a criatividade, o livre-arbítrio e o domínio de artes e ciências geram desempenhos que excedem o condicionado pelo binômio genes-ambiente. O outro é o meio ambiente do Homem, também mais complexo que qualquer outro, uma vez que é constituído não só do universo abiótico e do universo biótico, mas também do ambiente construído pelo Homem, suas religiões, suas doutrinas e teorias, sua economia, suas máquinas, seus governos, sua sociedade, seus mitos etc. (MACHADO, 1984, p. 39).

Ao considerar a ideia de diferentes representações da natureza por culturas diferentes, não devemos contemplar umas em detrimento de outras, pois cada uma delas possui suas singularidades e merecem igual importância e respeito. São vários os:

grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Essa noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos empíricos (DIEGUES, ARRUDA, 2001, p. 27).

O respeito e a manutenção da cultura dos povos preservam, por conseguinte, o ambiente natural e assegura a biodiversidade biológica. As comunidades tradicionais, por exemplo, “têm uma forte ética de conservação e práticas de manejo que são compatíveis com a proteção da diversidade biológica, e essas comunidades precisam ter seus esforços apoiados” (PRIMACK, 2001 apud SALDANHA, 2005, p. 33).

Desse modo, “a diversidade biológica não se restringe a um conceito pertencente ao mundo natural; é também uma construção cultural e social”. Considera-

se ainda a biodiversidade como produto da ação das sociedades e culturas humanas não só como um produto da natureza (DIEGUES, ARRUDA, 2001. p.12).

A este respeito, Bailey nos estudos de Diegues e Arruda (*op. cit.*) sintetiza a ideia da importância da cultura humana na conservação natural, com o exemplo das florestas africanas:

A composição e distribuição presente das plantas e animais na floresta úmida são o resultado da introdução de espécies exóticas, criação de novos habitats e **manipulação continuada pelos povos da floresta durante milhares de anos**. Por causa da longa história de pousio da agricultura itinerante, junto com os povos nômades/pastores na África Central, todas as florestas atuais são realmente patamares de vários estágios sucessivos de crescimento criados pelo povo e não existem áreas que muitos relatórios e propostas chamam de “prístinas”, “intocadas”, “primárias” ou “floresta madura”. Em resumo, essas florestas podem ser consideradas artefatos culturais humanos. A atual biodiversidade existe na África **não apesar** da habitação humana, mas **por causa** dela (BAILEY, 1992 apud DIEGUES, ARRUDA, 2001, p. 20) [grifo meu].

Ao finalizar o presente capítulo, percebe-se o quanto a cultura está ligada à etnobotânica e aos conhecimentos do meio ambiente em geral. Muitos estudos atuais em etnobotânica mostram a grande influência dos fatores culturais e visão de mundo dos indivíduos. Na medida em que estudos são realizados envolvendo natureza e cultura mais as paisagens naturais são encaradas como produtos não só da evolução natural como também humana.

3.2 CONHECIMENTO POPULAR E AS PLANTAS MEDICINAIS

O conhecimento popular também conhecido como senso comum é aquele apreendido geralmente na vida prática das pessoas através das suas vivências, transmitido muitas vezes pela oralidade ou por meio de símbolos e tradições. “É o saber que preenche nossa vida diária e que se possui sem o haver procurando ou estudando, sem a aplicação de um método e sem se haver refletido sobre algo” (BABINI, 1957, p. 21 apud MARCONI, LAKATOS, 1991, p. 15).

Neste contexto Fachin (2003, p. 09) ressalta que o conhecimento popular “geralmente é conseguido na vida cotidiana e, muitas vezes, ao acaso, fundamentado

apenas em experiências vivenciadas ou transmitidas de pessoas para pessoas, fazendo parte das antigas tradições”.

Nesta perspectiva Siqueira (2011a p. 04) acrescenta que “o conhecimento popular a respeito de plantas medicinais passa de geração para geração, através de testes de novas e velhas plantas, com acertos e erros”. De acordo com o mesmo autor os saberes populares “são agrupados, muitas vezes, a partir da transmissão de pais ou outros parentes ou vizinhos ou colegas de profissão para os filhos” (SIQUEIRA, 2012, p. 02).

É também denominado conhecimento vulgar, conhecimento sensível ou ainda empírico obtido através de “investigações pessoais feitas ao sabor das circunstâncias da vida ou então sorvido do saber dos outros e das tradições da coletividade (...)” (CERVO, BERVIAN 1996 In CHERUBINI NETO, 2002, p. 11).

Pode ainda ser entendido como o saber de determinados grupos de pessoas. Os

saberes populares, então, são empregados pelos membros do grupo nas ocasiões em que julguem ser necessários seja para a melhoria da sua qualidade de vida seja para contribuir diretamente para a saúde de seus indivíduos, como, por exemplo, a utilização de plantas e de animais para fins medicinais, entre outras práticas. Este fato indica que tais saberes sejam referência de cada grupo e refletem a diversidade da sociedade em que vivem e vivemos (SIQUEIRA 2011b, p. 89).

De acordo com Siqueira (2011a), é mais comum o conhecimento popular sobre plantas medicinais em comunidades mais afastadas das grandes cidades, uma vez que os indivíduos

precisam desenvolver mecanismos para minimizar seus problemas decorrentes de saúde, como traumas, picadas de animais peçonhentos como cobras, aranhas, escorpiões etc. Tais comunidades desenvolveram, então, um conhecimento que os habitantes brasileiros urbanos de pequenas, médias e grandes cidades não possuem uma vez que há assistência médica pelo menos durante o período do dia e, em outros lugares, durante 24 horas (SIQUEIRA, 2011a, p. 03).

Dentre os variados grupos de pessoas inseridos no meio rural ou urbano partilha-se da ideia de que “as práticas sociais cotidianas, a necessidade de

desenvolver mecanismos de luta pela sobrevivência, os processos de resistência constituem um conjunto de práticas formadoras de diferentes saberes” estando inserido o conhecimento popular (LOPES 1999, p. 150).

É importante salientar também que o conhecimento popular não se diferencia do conhecimento científico⁴ “nem pela veracidade, nem pela natureza do objeto conhecido. O que os distingue é a forma, o modo ou o método e os instrumentos do conhecer” (MARCONI, LAKATOS, 1991, p. 14). Portanto, o conhecimento científico “não é o único caminho de acesso ao conhecimento e à verdade”. Tanto o senso comum quanto a ciência almejam ser racionais e objetivos. “Um mesmo objeto ou fenômeno pode (...) ser matéria de observação tanto para o cientista quanto para o homem comum”; consequentemente o que os direciona é a forma como um ou outro observa determinado fenômeno (MARCONI, LAKATOS, 1991, p. 14).

O conhecimento popular é valorativo por excelência, pois se fundamenta numa seleção operada com base em estados de ânimo e emoções: como o conhecimento implica uma dualidade de realidades, isto é, de um lado o sujeito cognoscente e, de outro, o objeto conhecido, e este é possuído, de certa forma, pelo cognoscente, os valores do sujeito impregnam o objeto conhecido. É também reflexivo, mas, estando limitado pela familiaridade com o objeto, não pode ser reduzido a uma formulação geral. A característica de assistemático baseia-se na “organização” particular das experiências próprias do sujeito cognoscente, e não em uma sistematização das idéias, na procura de uma formulação geral que explique os fenômenos observados [...]. É verificável, visto que está limitado ao âmbito da vida diária e diz respeito àquilo que se pode perceber no dia a dia [...] (MARCONI; LAKATOS, 1991, p. 16).

No cotidiano desenvolvemos várias atividades apreendidas no contexto do conhecimento popular. Este conhecimento está presente em todos os lugares e perpassa vários assuntos e aspectos da vivência humana. De acordo com Lopes (1999, p. 150) “inclui o saber das classes populares com respeito às ervas medicinais, à

L

⁴ Lida com ocorrências ou fatos, constitui um conhecimento contingente, pois suas proposições ou hipóteses têm a sua veracidade ou falsidade comprovada através da experimentação e não apenas pela razão. Tem seu início a partir da apuração e constatação de fatos. Envolve um sistema de pesquisa racional, que tem como intuito explicar o que é observado. Pode-se acrescentar que o procedimento científico leva a circunscrever, delimitar, fragmentar e analisar o que se constitui o objeto da pesquisa, atingindo segmentos da realidade (MARCONI; LAKATOS, 1991, p. 17).

construção de casas, à culinária, aos diferentes tipos de artesanato, muitos outros associados à produção de artefatos para o trabalho e etc”

Consoante com Vasconcelos, Alcoforado, Lima (2010, p. 02) grande parcela do que se sabe atualmente a respeito de tratamentos com plantas provém do conhecimento popular. A utilização de plantas com finalidade terapêutica é uma das mais antigas práticas empregadas para tratamento de patologias. “A difusão do conhecimento popular de plantas permitiu que estas fossem positivamente selecionadas para sanar a necessidade de cura de enfermidades primárias”.

Esta relação homem-plantas medicinais é antiga. A manutenção da saúde sempre foi uma preocupação humana tanto em âmbito coletivo quanto individual. Desde a pré-história o homem utiliza as plantas medicinais na recuperação da saúde melhorando as suas condições de vida. Ao longo dos séculos o acúmulo do conhecimento sobre as plantas foi passado através de sucessivas gerações, fazendo com que as informações a respeito delas chegassem à atualidade (LORENZI, MATOS 2002).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), plantas medicinais contêm em um ou mais de seus órgãos substâncias que podem ser utilizadas com propósitos terapêuticos (VEIGA JUNIOR, PINTO, MACIEL, 2005).

A utilização de plantas com finalidade terapêutica, segundo Cunha, Silva, Roque (2003) tem início empiricamente na observação dos animais herbívoros domésticos ou ainda pela ingestão deste ou daquele vegetal pelo próprio organismo humano como instinto de sobrevivência.

De acordo com o mesmo autor, por tentativa e erro o homem aprendeu a conhecer e a utilizar as plantas e muitas adquiriram nas comunidades de determinados povos um caráter mágico-religioso relevante que ainda hoje subsiste. Segundo Arnous, Santos, Breinner (2005) graças ao conhecimento e uso popular de plantas medicinais que foi possível descobrir ou sintetizar muitos medicamentos utilizados na medicina tradicional.

O uso de plantas pelo homem culmina com sua própria existência. Desde as antigas civilizações as plantas eram utilizadas para fins medicinais e ritos religiosos (CUNHA, SILVA, ROQUE, 2003).

A Grécia antiga, por exemplo, refletia um antagonismo entre as duas filhas do deus asclépios: Panacea e Higeia. Panacea era a deusa da medicina curativa, com intervenções sobre os doentes, através de encantamentos, rezas e uso de *pharmakon* (medicamentos). Segundo Almeida Filho (2003, p. 04) “ainda hoje se fala da “panacea universal” para designar um poder excepcionalmente curativo”. A outra filha de Asclépios era Higeia. Era venerada por pessoas que

consideravam a saúde com resultante da harmonia dos homens e dos ambientes, e buscavam promovê-la por meio de ações preventivas, mantenedoras do perfeito equilíbrio entre os elementos fundamentais terra, fogo, ar, água”. Da sobrevivência dessas crenças e práticas através dos tempos, derivam os conceitos de higiene e higiênico, sempre no sentido de promoção da saúde, principalmente no âmbito coletivo (ROUQUAYROL, ALMEIDA FILHO, 2003, p. 04).

Ainda na antiguidade, no Egito nota-se a utilização de sene, sementes do linho e rícino. Pode-se citar a medicina chinesa com seus tratamentos milenares à base de plantas e terapias consideradas alternativas, e ainda, os povos helênicos que ao receberem dos persas produtos e plantas difundiram seus usos, além de possuírem dois grandes médicos Hipócrates e Galeno que desenvolveram muitas formulações farmacêuticas à base de extratos vegetais (ARAUJO, 2008; CUNHA, SILVA, ROQUE, 2003).

Pode-se citar também o povo árabe que foi responsável por impedir o retrocesso terapêutico da idade média causado pelo charlatanismo e empirismo. Na idade média somente alguns produtos considerados mágicos que eram utilizados, como arruda e o alho. Nesta época houve esta contribuição dos árabes porque eles contavam com o domínio do comércio no oceano Índico e os caminhos das Índias e da África o que lhes proporcionava o contato e disseminação das plantas não só as consideradas mágicas como as plantas nativas das regiões visitadas, como cânfora, canela e ruibarbo (ARAUJO, 2008; CUNHA, SILVA, ROQUE, 2003).

Os europeus (espanhóis e portugueses) também foram responsáveis pela disseminação de informações a respeito de plantas medicinais através das navegações. Com a chegada oficial dos portugueses ao território hoje conhecido como

Brasil, por volta de 1500, os conhecimentos dos indígenas começam também a ser dissipados no continente europeu.

O padre jesuíta José de Anchieta foi um dos grandes responsáveis por este fato uma vez que no século XVI escrevia cartas ao superior geral da sede da Companhia de Jesus situada em Portugal. Nas cartas destacava o conhecimento dos índios sobre a utilização das plantas medicinais. Anchieta descrevia, por exemplo, a propriedade emética da ipecacuanha e antissépticas e cicatrizantes do bálsamo copaíba, e das atividades digestiva, antirreumática e anti-nevrálgica da hortelã-pimenta (CUNHA, SILVA, ROQUE, 2003).

E em uma via de mão dupla, também as plantas e informações dos europeus foram trazidas para o Brasil. “Muitas plantas hoje empregadas na medicina popular foram introduzidas no início da colonização” (ALBUQUERQUE, ANDRADE, 1998, p. 01). Esta influência europeia na cultura brasileira no que diz respeito às plantas medicinais ocorre com mais destaque na região sul do Brasil por possuir um clima mais frio semelhante ao europeu, onde as plantas eram primeiramente adaptadas. Como exemplos destacam-se a Erva Cidreira (*Melissa officinalis*) e Erva Doce (*Pimpinella anisum*).

Levando-se em consideração a biodiversidade em plantas não só no sul, mas em todas as regiões do Brasil, considerado, aliás, o país mais rico em biodiversidade de flora e fauna no mundo, foram vários os pesquisadores estrangeiros que vieram para cá dedicar-se ao estudo de nossas espécies vegetais.

Segundo Maior (1986 p. 03), quando o médico naturalista Guilherme Piso patrocinado pelo príncipe Maurício de Nassau (Holanda) chegou ao Recife, reconheceu a superioridade da terapêutica indígena. “A medicina européia do século de Piso (o século XVII), e muito tempo depois (farmacopéia de Edimburgo, Alemanha)” contava, entre seus medicamentos, receitas no mínimo estranhas à base de crânios, fezes e urina humanas, pó de múmias, que foram retiradas do livro somente quase cem anos depois na edição de 1756, depois do livro de Piso publicado no ano de 1648. O livro *Historia Naturalis Brasiliae* continha um levantamento do saber popular dos índios sobre as plantas medicinais. Segundo Piso citado por Maior (1986, p. 03):

Os índios prescindem de laboratórios, ademais, sempre têm à mão sucos verdes e frescos de ervas. Enfeitam os remédios compostos de vários ingredientes, preferem os mais simples, em qualquer caso de cura, visto que por estes medicamentos os corpos não ficam tão irritados.

Concordando com Simões (1998), não só o saber indígena é responsável pelo conhecimento popular de plantas no Brasil com fins terapêuticos e religiosos. As terras brasileiras abrigam centenas de grupos étnicos. Grupos estes, que introduziram no Brasil a utilização de muitas espécies de plantas com finalidade alimentar, mística e também medicinal. Além da assimilação dos conhecimentos indígenas, as contribuições trazidas pelos escravos e imigrantes representaram papel importante para o surgimento de uma medicina popular muito rica (SIMÕES, 1998).

Em se tratando, por exemplo, da contribuição africana sobre o conhecimento popular de plantas medicinais no Brasil, Albuquerque e Andrade (1998) ressaltam que ocorreu no início do comércio escravo com a introdução de espécies de plantas africanas em território nacional. Segundo Kffuri (2008), as plantas Arruda (*Ruta graveolens*) e o Jambolão (*Syzigium jambolanum*) são exemplos de plantas africanas introduzidas no Brasil.

Uma informação relevante é que, segundo Albuquerque e Andrade (1998, p. 01) houve um período em que os colonizadores classificaram o conhecimento desses grupos como inferior, primitivo. Isso quase relegou os conhecimentos desses povos, mas, felizmente “a resistência desses grupos foi revertendo sensivelmente o quadro, ao longo de muitas décadas até os dias atuais”.

Como dito anteriormente, alguns povos e grupos são responsáveis pelo acúmulo brasileiro de informações sobre plantas. De acordo com Silva (2002) também se incluem as próprias populações tradicionais locais da Amazônia, por exemplo, composta por caboclos, ribeirinhos, seringueiros, pescadores, pequenos produtores rurais e extrativistas.

E é neste cenário que o conhecimento popular brasileiro a respeito de plantas medicinais torna-se diverso e peculiar. Com concepções, opiniões, valores, conhecimentos, práticas e técnicas diferentes que necessitam ser incorporadas e respeitadas no cotidiano, pois são carregadas de tradições, hábitos e costumes (ARNOUS, SANTOS, BREINNER, 2005), conforme características físicas de cada

região do território brasileiro. Todo este cenário que envolve o conhecimento popular, as tradições a respeito de plantas são aspectos que uma ciência “nova”, a etnobotânica, vem estudando, aprofundemos a seguir.

3.3 ETNOBOTÂNICA

A etnobotânica é uma ciência que basicamente procura entender a relação do homem com as plantas. Integra as etnociências que começam a ser estudadas e classificadas no século anterior. Corroborando com Lara, França e Pereira (2009) as etnociências surgiram a partir da intersecção da Biologia com a Antropologia, ou como nos dizem Diegues e Arruda (2001) as etnociências recebem contribuições basicamente da sociolinguística, da antropologia estrutural e da antropologia cognitiva.

O prefixo *ethno* significa, de forma simplificada, as maneiras de uma dada comunidade compreender o mundo (MARTIN, 1995 apud ROCHA-MENDES et al., 2005). Quando o termo *ethno* é usado seguido do nome de uma disciplina acadêmica, supõe-se que os pesquisadores dessas áreas querem investigar as percepções de sociedades locais dentro dos contextos destas respectivas áreas como biologia, botânica, fitoquímica entre outros (HAVERROTH, 1997 apud ROCHA-MENDES et al., 2005).

Segundo Carvalho e Bergamasco (2010) apoiados em Roué (2007) etnociências são campos de estudo ligados às ciências naturais acrescidos do prefixo *ethno* como etnoecologia, etnobiologia, etnobotânica, etnozoologia, etnofarmacologia. Portanto, concordando com Lara, França e Pereira (2009) todas as ciências que consideram a cultura e a construção simbólica de um determinado grupo e utiliza o prefixo etno é considerada uma etnociência.

Situando-nos historicamente o termo etnociência (*ethnoscience*) surge nos trabalhos de French em 1957. Porém, a tradição de associar o prefixo etno com as ciências naturais data de bem antes como evidencia o levantamento de Cardona (1985 apud CAMPOS, 2001, p. 67):

Etnoconquiliologia em 1889; etnobotânica em 1896; etnozoologia em 1914; etnogeografia em 1916; etnobiologia em 1935; etnoherpetologia em 1946; etnociência em 1957; etnomicologia em 1960; etnoictiologia em 1967; etnoornitologia em 1969; etnomineralogia em 1971.

Segundo Diegues e Arruda (2001, p. 32), como já exposto acima, as etnociências têm origem na linguística e servem para analisar os saberes dos grupos de indivíduos a respeito dos processos naturais. Tentam ainda, “descobrir a lógica subjacente ao conhecimento humano do mundo natural, as taxonomias e classificações totalizadoras”.

De acordo com Roué (1997 apud CARVALHO, BERGAMASCO, 2010) as etnociências têm a finalidade de estudar as categorias semânticas de “fora” do saber científico ocidental, através do interesse e reconhecimento dos saberes das populações e das interações destes povos com o ambiente que os cercam.

Campos (2001) traz sua contribuição a partir de Cardona (1985) no sentido de as etnociências não serem “menos” ciência que a própria ciência acadêmica. Na obra *La Floresta de Piume, Manuale di Etnoscienza*, Cardona (1985 apud CAMPOS, 2001, p. 69) se expressa:

[...] todas as formas de classificação que o homem escolheu para dar ordem e nome àquilo que ele vê em torno de si são substancialmente científicas, se mais não fosse pelo sentido óbvio através do qual o substantivo *scientia* deriva de *scio*, “sei”, e, portanto toda organização do nosso conhecimento é uma *scientia*; cada uma responde uma fundamental exigência do homem, aquela de reencontrar-se, medir-se, conhecer-se, dar-se ordem medindo, conhecendo, ordenando tudo o que se encontra em torno, semelhante ou não a ele.

Sobre este assunto, o de encarar o saber da população a ser pesquisada também como uma ciência, assinala Campos (2001 p. 71) afirmando que “a etnociência pode ser entendida como uma etnografia da ciência do outro, construída a partir de um referencial da academia”. Isso implica que a ciência do outro seja vista como ciência também apenas diferente da ciência acadêmica.

No Brasil, o antropólogo Lévi-Strauss inicia os primeiros trabalhos em etnociência voltados para o estudo do conhecimento tradicional. Foi a partir da década de 1970 que a pesquisa na área de etnociências ganha destaque. Entre eles, trabalhos em subáreas da etnociência como a etnobiologia, a etnobotânica, a etnofarmacologia e

a etnomedicina. Estes últimos apresentam também etnoclassificações da flora e da fauna das populações tradicionais frequentemente estudadas (DIEGUES, ARRUDA, 2001).

Em 1986, foi publicada a *Suma etnológica brasileira*, editado por Darcy Ribeiro cujo primeiro volume, Etnobiologia, coordenado por Berta Ribeiro, teve a contribuição de autores importantes nesta área como Warwick Estevam Kerr, Ghilleen Tolmie Parance, Elaine Elisabetsky, Claude Lévi-Strauss, Darrel Posey e Robert L. Carneiro. Esse trabalho tem um significado importantíssimo para os estudos da etnociência no Brasil (DIEGUES, ARRUDA, 2001).

Além desse livro citado, um outro, bem importante na década de 1950 também é lançado. Trata-se de um conjunto de trabalhos inspirados na ecologia cultural, do autor Julian Steward em 1955 (DIEGUES, ARRUDA, 2001).

A etnobotânica é citada na literatura como sendo uma das alternativas que ultimamente mais contribuiu na descoberta de substâncias oriundas de produtos naturais. Esta ciência pode enfocar dois procedimentos de suma importância: a coleta e o uso das plantas por determinados grupos de indivíduos para fins medicinais. Ressalta-se que o primeiro procedimento envolve a região, época e estágio de desenvolvimento da planta escolhidos por estes grupos (MACIEL, PINTO, VEIGA JUNIOR, 2002).

A esse respeito, nos últimos anos, já na década de 1990 surgem trabalhos que além do etnoconhecimento incluem o etnomanejo de habitats e de espécies por essas populações com estudos em etnoictiologia, etnofarmacologia, etnoecologia e, o objeto de estudo desta pesquisa, a etnobotânica.

Segundo Begossi (2001 apud PASA; ÁVILA, 2010, p. 195), a etnobiologia é “um segmento da etnociência, que busca entender como o mundo é percebido, conhecido e classificado por diversas culturas humanas [...]”.

A etnobiologia por ser um arcabouço relativamente novo da etnociência, ainda está construindo seu método e sua teoria. Estuda o modo pelo qual as populações classificam seu ambiente físico e cultural (DIEGUES, ARRUDA, 2001).

A partir da etnobiologia questões modernas da etnoecologia podem ser desenvolvidas e concentradas na proposta que diz respeito à totalidade de informações

sobre a importância das plantas na cultura do ser humano. A integração se dá através da comunidade e do ambiente no que diz respeito ao manejo e a conservação dos recursos naturais (POSEY, 1986).

As observações populares sobre o uso e a eficácia de plantas medicinais acrescentam uma grande contribuição na divulgação do potencial terapêutico das plantas medicinais. Desperta inclusive, o interesse multidisciplinar de pesquisadores de áreas como a botânica, farmacologia, fitoquímica (COSTA, MAYWORM, 2011), e também uma ciência que está ganhando projeção nas últimas décadas no que se refere a plantas medicinais, a etnobotânica.

No fim do século XIX e início do século XX, a etnobotânica ganha impulso quando a indústria farmacêutica inicia altos investimentos em expedições etnobotânicas nas regiões tropicais, principalmente na América do Sul e na África. Estas expedições tinham o intuito de resgatar o conhecimento das populações tradicionais, sobretudo povos indígenas, a respeito de plantas medicinais, para em um segundo momento iniciar a fabricação de novos fármacos (ALVES, 1986 apud RODRIGUES, 2007).

Na primeira metade do século XX, com o desenvolvimento da química de síntese, muitos dos produtos naturais são substituídos por fármacos sintéticos. Entretanto, as plantas nunca perderam a sua importância como fonte de substâncias com atividade farmacológica e terapêutica (ALVES, 1986 apud RODRIGUES, 2007).

A etnobotânica tem traços de sua origem já em 1733 através dos estudos realizados na Lapônia por Carl Linnaeus (Lineu), famoso botânico e responsável pela nomenclatura taxonômica de plantas que conhecemos (BALICK, COX, 1996, apud RODRIGUES, 2007).

Em 1775 William Withering estuda e descobre as propriedades da Dedaleira (*Digitalis purpúrea*) para a cura da hidropsia (retenção de líquido). Embora Willian não soubesse como se dava o mecanismo de ação do princípio ativo da dedaleira, conseguiu padronizar as dosagens. Atualmente sabe-se que a Digitalis deu origem à digoxina, medicamento amplamente utilizado por suas propriedades cardiotônicas (COSTA, 1999), ou seja, melhora a força de contração do coração, diminuindo o inchaço causado por circulação deficiente.

Em 1937, Richard Schultes também inicia estudos etnobotânicos, mais especificamente, na Amazônia com os indígenas. Estudo este que perdurou continuamente por 14 anos (BALICK, COX, 1996 apud RODRIGUES, 2007).

É atribuído ao botânico americano John W. Harshberger o termo etnobotânica em 1895. O termo surge em suas pesquisas para descrever plantas utilizadas pelos povos primitivos e aborígenes. Desde então, a etnobotânica como ciência tem se desenvolvido e várias definições por outros estudiosos foram surgindo, todas elas abrangendo as maneiras de utilização de plantas medicinais por determinado grupo, seus conhecimentos tradicionais acumulados (RODRIGUES, 2007), como veremos agora para uma melhor compreensão desta ciência.

Uma das vertentes da etnobiologia – estudo do conhecimento e dos conceitos desenvolvidos por qualquer sociedade a respeito da biologia (POSEY, 1986) – a etnobotânica é uma etnociência com uma interface entre as ciências humanas e uma ciência biológica, a botânica e tem como seu objeto de estudo a inter-relação direta entre pessoas de culturas viventes e as plantas do seu meio (ALBUQUERQUE, 2005).

Ou ainda, de acordo com Ford (1978 apud OLIVEIRA et al., 2009, p. 590), a etnobotânica representa “o estudo das inter-relações diretas entre seres humanos e plantas [...] em sistemas dinâmicos” (ALCORN, 1995 apud OLIVEIRA et al., 2009, p. 590).

Amorozo (1996, p. 48) em uma adaptação do conceito de Posey sobre etnobiologia define a etnobotânica como “a disciplina que se ocupa do estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito do mundo vegetal”. Estas conceituações abrangem tanto a maneira como um grupo social classifica as plantas, como os usos que se aplicam a elas.

Para Siqueira a etnobotânica é o “ramo da botânica que estuda o uso das plantas medicinais utilizadas empiricamente pela população” (SIQUEIRA 2011b, p. 91) e envolve “saberes considerados como saberes populares”. Os saberes populares são detidos pela população, e que não necessariamente tais conhecimentos tenham passado pela instituição escolar para serem elaborados (CHASSOT, 2001 In SIQUEIRA, 2011a, p. 05).

Para alguns autores a etnobotânica representa a disciplina que “estuda as inter-relações que se estabelecem entre o homem e as plantas, através do tempo e em diferentes ambientes” (XOLOCOTZI, 1983, apud MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2012, p. 30).

A etnobotânica representa também um campo interdisciplinar que compreende o estudo e a interpretação do conhecimento, significação cultural, manejo e usos tradicionais dos elementos da flora (CABALERO, 1979 apud PASA, ÁVILA, 2010).

Nesta perspectiva partilha-se da ideia de Siqueira, Silveira, Farias (2011, p. 2) de que a etnobotânica é “uma ciência multidisciplinar, agrega técnicas de coleta e tratamento de dados relacionados principalmente com as ciências sociais, antropológicas e biológicas”.

Este caráter interdisciplinar e integrador da etnobotânica é demonstrado na diversidade de tópicos que abrange seu estudo. Esta etnociência alia fatores culturais e ambientais, bem como as concepções desenvolvidas pela cultura de um grupo de indivíduos a respeito das plantas medicinais e ainda o aproveitamento que se faz delas (ALCORN 1995; ALBUQUERQUE 2005 apud OLIVEIRA et al., 2009).

No Brasil a etnobotânica vem ganhando atenção nos últimos trinta anos. Pode-se notar segundo o banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior) nos últimos cinco anos, o grande volume de pesquisas na área. No ano de 2007, por exemplo, temos autores como Cristiane Soares Pereira da Silva com o estudo: As plantas medicinais no município de Ouro Verde de Goiás, GO, Brasil: uma abordagem etnobotânica; Ivone Manzali de Sá com o estudo: Levantamento Etnobotânico em Santo Antônio do Rio Grande, Sul de Minas, Brasil. Em 2008, outros autores como Adriana Heindrickson Cunha com o trabalho: Conhecimento e utilização de plantas medicinais por comunidades de pescadores de Itapoá – SC. Em 2009, Maria dos Anjos Gonçalves Costa com o trabalho: Caracterização etnobotânica de quintais do bairro rural Ribeirão-município de Iporanga/SP. Por fim em 2010, Célia Cristina Valero Souza com a pesquisa: Etnobotânica de quintais em três comunidades ribeirinhas na Amazônia Central, Manaus-AM, entre outros.

Ressalta-se ainda que no banco de teses e dissertações da CAPES nos últimos cinco anos não existem trabalhos sobre etnobotânica com relação à educação. Fato este, que dá relevância a esta pesquisa.

A respeito da distribuição de pesquisas em Universidades, o estudo em etnobotânica teve seu (re) início em Pernambuco em 1984, na Universidade Federal Rural de Pernambuco e espalhou-se por todo o Brasil inclusive no Programa de Pós Graduação em Educação da UNISUL (mestrado), sob coordenação do pesquisador professor doutor André Boccasius Siqueira. Com vários trabalhos desenvolvidos em conjunto como, por exemplo, esta pesquisa.

Voltando à caracterização da etnobotânica, Albuquerque (2005) também estudioso da área, considera que os trabalhos em etnobotânica possibilitam a descoberta de substâncias de origem vegetal para a indústria; o conhecimento de novas aplicações para plantas medicinais já conhecidas; o estudo do efeito de substâncias no comportamento dos indivíduos frente a determinados estímulos culturais ou ambientais; o reconhecimento e preservação de plantas de importância em determinado grupo de pessoas; documentação do conhecimento tradicional, sistemas de manejo e conservação ambiental de povos tradicionais e o “descobrimento de importantes cultivares manipulados tradicionalmente e desconhecidos pela ciência” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 64).

Ainda segundo o autor, a etnobotânica é uma ciência complexa e múltipla devido a amplitude de problematização das abordagens e capacidade de estudo de modelos interativos pessoas/plantas. O estudo deste inter-relacionamento é “significante e analisável em termos históricos, espaciais e temporais, dentro de um contexto que é também o cultural” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 53).

Finalizando esta seção, também nesta perspectiva, Yepes (1953 apud SILVA, 2002) define a etnobotânica como a ciência etnológica que estuda a influência da vegetação na cultura e como a ciência das relações entre o homem e as plantas, posto que a influência é recíproca; a vegetação modifica a cultura e esta modifica a vegetação.

A seguir, descrever-se-á o modo de coleta dos dados para a presente pesquisa acadêmica. Para, posteriormente, apresentar os resultados.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa conta com a colaboração e transmissão de informações de três moradores conhecedores de plantas do bairro São Luiz/Sombrio/SC. O número de participantes da pesquisa motiva-se em nome de realizar algo mais aprofundado sobre cada caso, o que não seria possível com número elevado de pessoas dado o tempo hábil para esta pesquisa. Para tal se faz necessário utilizar uma metodologia específica que auxilie a alcançar os objetivos do trabalho.

Nesta ótica, o presente trabalho realizado é de cunho qualitativo uma vez que possui uma abordagem integrada incluindo não apenas aquilo que é mais facilmente observado, e sim os aspectos mais complexos, de compreensão do contexto onde ocorrem as interações do grupo estudado com o ambiente que os cerca. A pesquisa qualitativa, portanto, “interessa-se por aprofundar o conhecimento de processos e estabelecer relações com aspectos do contexto onde ocorrem” (AMOROZO, VIERTLER, 2010, p. 74).

Em outras palavras, pesquisas de cunho qualitativo estudam uma realidade que não pode ser quantificada. Este tipo de pesquisa envolve aspectos muito particulares, e considera variados significados, crenças, valores que correspondem a relações mais profundas dos fenômenos (MINAYO, 2000).

Esta pesquisa aponta algumas características descritas por autores como Bogdan e Biklen. Segundo eles, a investigação qualitativa é descritiva, ou seja, através de palavras, imagens, não de números, não reduz o vasto material recolhido através de entrevistas, notas de campo a símbolos numéricos. Os investigadores qualitativos analisam os dados em sua magnitude e riqueza (BOGDAN, BIKLEN, 2010).

Outra característica observada é que o investigador qualitativo não se interessa apenas pelos resultados e sim e/ou até mais pelo processo; é muito importante saber qual caminho foi percorrido para se chegar aos dados finais (BOGDAN, BIKLEN, 2010), daí ouvir o morador não apenas no que diz respeito ao seu conhecimento sobre plantas, mas a história envolvida na construção de tal conhecimento.

A investigação realizada colheu informações do conhecedor de plantas em seu todo. A entrevista abrangeu tópicos como suas origens, há quanto tempo mora no bairro, qual seu tipo de trabalho, se é natural de Sombrio, o que fazia antes de morar no referido local, o que passou a realizar quando se mudou para Sombrio. Isto é, fazendo com que estas pessoas recorressem à sua história e à sua memória através de sua fala.

A história oral busca através de narrativas estimuladas (no nosso caso a entrevista semiestruturada), construir a “História em suas múltiplas dimensões: fatuais, temporais, espaciais [...]. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida” (DELGADO, 2010, p. 15-16). A história oral conversa com outras disciplinas como sociologia, a antropologia (viés desta pesquisa) como suportes para construção de roteiros de entrevista, recorrentes à memória do entrevistado como maneira de produzir uma fonte histórica (Id.).

Para registrar o conhecimento popular sobre plantas medicinais de alguns moradores do bairro São Luiz em Sombrio/SC, e identificar em qual modalidade de educação se encaixa a origem do conhecimento destas pessoas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a assinatura prévia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) pelos moradores.

As perguntas foram parcialmente formuladas pela pesquisadora através de um roteiro (Apêndice B). Contudo, este apresentou flexibilidade para que se conseguisse aprofundar assuntos e aspectos interessantes que seguiram no decorrer da entrevista (ALBUQUERQUE, LUCENA, ALENCAR, 2010).

De acordo com Albuquerque, Lucena e Alencar (2010), o início de trabalhos de cunho etnobiológico se dá a partir da escolha dos participantes da pesquisa. Portanto, a amostra representada pelas pessoas participantes da pesquisa foi obtida através da técnica *snowball sampling* (bola de neve).

Segundo Baldin e Munhoz (2011) esta técnica é muito utilizada também em pesquisas de Educação Ambiental, e tem como característica assim como neste trabalho, dar conta dos diferentes tipos de saberes sociais, nesta pesquisa os saberes etnobotânicos.

A técnica bola de neve consiste basicamente no recrutamento de pessoas através da indicação de outras por meio das relações entre elas. Consoante com Albuquerque, Lucena e Lins Neto (2010), os elementos subsequentes de uma amostra são recrutados a partir de conhecidos dos elementos já presentes na amostra. Forma-se, então, o que se chama de cadeias de referências, que podem ser uma ou várias dependendo do tipo de estudo.

O conjunto de relações de conhecimento e amizade entre as pessoas indicadas e indicadoras é denominado “rede social”, portanto, o método de bola de neve pode ser considerado um meio de percorrer caminhos nestas redes sociais (ALBUQUERQUE, LUCENA, LINS NETO, 2010).

O método bola de neve foi empregado neste estudo de acordo com Goodman (1961), da seguinte forma: um indivíduo do bairro São Luiz conhecedor de plantas medicinais foi recrutado pela pesquisadora. Esse indicou outra ou outras pessoas que também tenham conhecimento sobre plantas medicinais e que sejam moradores do mesmo bairro para que também participem da amostra. Na adaptação para esta pesquisa, o primeiro morador recrutado foi a “semente”. As próximas pessoas indicadas pelo participante “semente” são denominados de “filhos” ou “frutos”. Para que esta pesquisa tivesse um fim, no entanto, o intuito não é esgotar o assunto, elencou-se um número máximo de três pessoas para serem entrevistadas.

Conforme Albuquerque, Lucena e Lins Neto (2010), a metodologia bola de neve é considerada não probabilística devido a amostra não ser aleatória e sim intencional. Em amostra intencional ou racional o pesquisador foca em grupos específicos baseando-se na experiência ou conhecimento que as pessoas possuem e que ainda atendam, como de se esperar, às características da pesquisa.

As entrevistas foram transcritas como constam os apêndices C, D e E. Também foram registradas as características das plantas mencionadas necessárias para um dos objetivos específicos da pesquisa: o levantamento etnobotânico através dos referidos saberes dos moradores.

Após, estas informações foram analisadas a fim de se chegar ao objetivo de classificação em educação formal, não formal e informal ou, como já mencionado, educação escolar e não escolar. Para isso, utilizou-se a análise de conteúdo de

Laurence Bardin (1977) em razão de esta pesquisa buscar compreender para além dos significados imediatos das informações obtidas (BARDIN, 1977).

A técnica de análise de conteúdo consiste em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 33) uma vez que trabalha “a prática da língua realizada por emissores identificáveis” (Ibid., p. 38).

Esta metodologia tem por objetivo “o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares” (BARDIN, 1977, p. 39).

Os procedimentos desta técnica ocorrem basicamente em três etapas. São elas: “a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados [...] e a interpretação” (Ibid., p. 89). Para descrição das três etapas considera-se a abordagem qualitativa (característica do presente estudo) uma vez que existem diferenças de procedimento entre pesquisas quantitativas e qualitativas (BARDIN, 1977).

Na pré-análise o material estudado (entrevista) passou por uma organização através de uma leitura flutuante, a primeira leitura do material que serve para se ter uma noção do que se estudará, as primeiras impressões. Nesta etapa levanta-se a hipótese (afirmação provisória a que se propõe estudar) e o objetivo diretriz do estudo (qual a finalidade do estudo) (BARDIN, 1977), já mencionados no início do trabalho, bem como o *corpus* de análise, isto é, o conjunto de documentos a serem analisados⁵. Para tal, há três regras a serem seguidas, segundo Bardin (1977, p. 90-92) antes de se passar para a fase seguinte: regra da exaustividade (reunião de todo o material a ser analisado), regra da representatividade (refere-se à amostra representativa do *corpus* de estudo), regra da homogeneidade (todas as entrevistas devem versar acerca do mesmo tema, isto é, os saberes sobre etnobotânica) e regra de pertinência (material adequado enquanto fonte de informação).

Na segunda etapa houve a categorização que consiste em um recorte de trechos das entrevistas em unidades comparáveis por categorias para uma posterior

L

⁵ Compreende-se como documento a transcrição das entrevistas, que são consideradas como fonte de primeira ordem ou fonte direta.

análise temática. Nesta etapa de análise categorial houve “operações de divisão do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos”. Estas categorias foram divididas conforme os temas (educação formal, não formal e informal ou educação escolar e não escolar). Para classificar os elementos em categorias identificou-se o que eles tinham em comum, permitindo seu agrupamento (BARDIN, 1977, p. 147).

Na terceira etapa após a categorização, classificação dos elementos de acordo com as suas semelhanças, equivalências, houve o tratamento e interpretação dos resultados levando em consideração os objetivos da pesquisa. No capítulo seguinte serão apresentados os resultados desta análise dos dados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como foi descrito no início desta pesquisa, o contato e vontade de saber a origem do conhecimento dos moradores aconteceram no ambiente da farmácia onde sou Responsável Técnica. Quando a ideia começou a tomar forma, lembrei-me das conversas que tive e quais pessoas poderiam colaborar. À medida que esses clientes retornavam à farmácia, eu perguntava se eles poderiam fornecer-me seus endereços, para que futuramente pudéssemos conversar mais. As conversas fora da farmácia, acreditava, poderiam ser mais longas, já que fora deste ambiente, não seríamos interrompidos por um atendimento ou outro.

Procurei, então, a “minha semente” para participar da pesquisa, e foi realizada a entrevista. Minha semente denomina-se senhora A, a pessoa indicada por ela, senhora B, e, o senhor indicado pela senhora B, nomeei de senhor C. Lembrando que as entrevistas realizadas foram gravadas e transcritas e esta transcrição não tem uma preocupação extrema com o português formal, isso possibilita um retrato mais real das falas. Outra observação é quanto à identidade não revelada de pessoas citadas pelos entrevistados e também à ocultação de muitas histórias pessoais relatadas, salvo àquelas falas envolvendo a família do entrevistado expressamente consentidas pelo mesmo durante a entrevista (mesmo levando em consideração o termo de consentimento pré estabelecido que consta desta pesquisa). A transcrição de todas as entrevistas consta nos apêndices C, D e E desta pesquisa.

As entrevistas foram realizadas com moradores do município de Sombrio. A título de conhecer melhor a cidade escolhida para a realização deste estudo mencionou-se algumas informações em sequencia.

Sombrio está entre os quinze municípios catarinenses da região do Vale do Araranguá. Localiza-se ao sul do município de Araranguá e ao norte do município de Santa Rosa do Sul. A cidade possui 26.626 habitantes, de colonização portuguesa (açoriana), italiana e alemã. O nome da cidade de Sombrio é de fato curioso, sendo que a tradição oral contempla duas versões (SOMBRIIO, 2013).

A primeira versão tem a ver com o descanso dos tropeiros. Por ser um local com figueiras em abundância, formando um refrescante abrigo do forte sol de verão, os

viajantes abrigavam-se debaixo destas árvores às margens do Rio da Lage, para um merecido descanso após percorrer longos caminhos. Assim, observando o movimento das águas do rio da Lage, os viajantes percebiam as sombras projetadas destas figueiras. Passaram, então, a chamar seu local de repouso das sucessivas viagens de “sombra do rio” evoluindo para Sombrio, em outras palavras, um local que projeta a sombra sobre o rio (SOMBRIIO, 2013).

A segunda versão remonta a história dos desbravadores vindos de Laguna. Conta-se que à distância estes viajantes vislumbraram um morro escuro, sombrio, margeado por um lago ou lagoa. Quando aqui chegaram constataram as acolhedoras sombras das grandes figueiras, que se erguiam nas margens da lagoa, tornando ainda mais escuras suas águas, daí o nome Sombrio (SOMBRIIO, 2013).

Em relação ao desenvolvimento econômico, o município de Sombrio destaca-se no setor de calçados e vestuário com inúmeras confecções, algumas de projeção nacional. Outros destaques são o setor cerâmico, moveleiro e alimentício. Este último representado por indústrias de bebidas, sorvetes, laticínios e fécula de mandioca. Cita-se também o setor agrícola responsável por grande parte da economia do município. Destacam-se as culturas de arroz, fumo e banana. Na pecuária, destaque para criação extensiva de gado leiteiro e de corte, avicultura de corte (em sistema integrado com empresas do setor) e suinocultura (SOMBRIIO, 2013).

Após estas considerações a respeito do município e também algumas informações introdutórias a respeito das entrevistas, parte-se para o tratamento do material obtido. Segue, portanto, os resultados e a discussão deste rico material advindo dos moradores conhecedores de plantas medicinais.

Logo na primeira entrevista me surpreendi com “Dona A”. Senhora simpática e extremamente bem articulada, inteligente, realmente especialista no assunto. Pude notar também, quando ela mostrou seus livros, revistas, cartilhas de cursos, que gosta muito de ler, embora, conforme relatou, tenha estudado no ensino formal pouco tempo. É nos livros que, segundo ela, aprende tudo aquilo que tem vontade, não apenas sobre plantas. Outra surpresa foi a sua participação na Pastoral da Saúde, que até então, eu desconhecia. A Pastoral da Saúde mostrou-se o principal meio pelo qual ela e os entrevistados subsequentes buscaram conhecimento a respeito de plantas medicinais.

Esta é uma das pastorais sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vinculada à igreja católica. A Pastoral realiza trabalho comunitário atuando em serviço da saúde da população, principalmente no que diz respeito a tratamentos gratuitos com plantas medicinais (CNBB, 2013).

A segunda entrevistada, senhora B, igualmente simpática e conhecedora do assunto. Tem seu cultivo de ervas bem diversificado desde pequenas plantas a árvores de porte maior. Presenteou-me com um dos livros do seu acervo particular. Fiquei extremamente feliz e de certo modo encabulada dada a surpresa deste gesto tão singelo e bonito.

O senhor C, terceiro entrevistado, é extramente espirituoso e de bem com a vida, trata os assuntos diários com bom humor. Domina também o assunto e revelou informações simples e imprescindíveis no que diz respeito ao preparo de plantas medicinais. O que pude notar entre os três entrevistados é que o senhor C é o mais sábio ao falar sobre as plantas medicinais. Não explano isto de forma negativa, muito pelo contrário de uma forma bem positiva, pois mostra, penso eu, que o conhecimento de plantas dá-lhe uma autoestima elevada e perceptível, ele orgulha-se, assim como as senhoras A e B, em deter esse conhecimento, haja vista fazerem este trabalho de forma voluntária, por gosto genuíno.

Ao aplicar-se a análise de conteúdo de Bardin, após dividir os discursos em categorias, observou-se que o conhecimento a respeito de plantas não veio da escola. Isto se pode constatar em suas falas: **A:** “Não, na escola nunca aprendi nada de planta medicinal, até porque estudei dois anos e meio só...”; **B:** “Não, no tempo que eu estudava nunca vi nada disso na escola...”; **C:** “Não, não, estudei muito pouco, até a quarta, quinta série e também isso não era comentado”. Tal fato pode ser explicado não pelo pouco tempo de estudos, mas porque estas informações não fazem parte do currículo escolar nem do cotidiano escolar, tanto no período que os entrevistados estudaram quanto nos tempos atuais. Salvo alguns educadores que buscam valorizar os saberes populares dos alunos, com intenção de incluí-los “no currículo das disciplinas escolares” (SIQUEIRA, 2011a, p. 01). Portanto, até o momento, sabe-se que a origem do conhecimento etnobotânico desses moradores não vem da educação formal ou escolar.

Notou-se também, com exceção do senhor C, que as senhoras entrevistadas mencionaram ter aprendido sobre plantas medicinais ainda na infância com a mãe. Através das falas, como segue: **A:** “Aprendi com minha mãe primeiro... ela sabia muito de plantas medicinais...”; **B:** “Conhecia desde criança, minha mãe plantava... nos dava chá, foi onde eu aprendi...”, sugere-se que este conhecimento primeiro das senhoras caracteriza educação informal, isto é, por ser apreendido no dia-a-dia do seio familiar, carregado de valores, experiências no campo das emoções, dos sentimentos herdados (GOHN, 2006).

Ainda sobre a educação informal, na qual se engloba também os meios de comunicação (televisão, rádio, revista, jornal), os três entrevistados afirmaram ter aprendido algo. Eis o relato de cada um deles: **A:** “Sim, já aprendi muito, mas só na televisão, no rádio acho que não, quando tem “Globo Repórter” sobre planta medicinal eu não perco... ‘Deus o livre...’”; **B:** “Já sim. O ‘Globo Repórter’ eu gosto muito, tenho revista, bastante livros, tem a Folhinha da Saúde [jornal entregue mensalmente aos membros da Pastoral]”; **C:** “Sim. Tem o ‘Globo Repórter’. Esses dias mesmo teve um muito interessante... Revista também, livro...”. Em relação a terem aprendido algo com vizinhos, conhecidos, colegas da pastoral, os entrevistados também responderam que sim, como se pode constatar em seus discursos: **A:** “sim, com certeza, a gente troca ideia. Por exemplo, a minha vizinha me deu uma muda e ali eu tenho um pé de Ora-pro-nobis...”; **B:** “Sim, com vizinhos, com as colegas da pastoral, nos encontros da ‘comarca’...”; **C:** “Já, com vizinhos, com o pessoal da pastoral...”.

Sabe-se que a educação informal traduz um meio de troca de informações entre as pessoas em qualquer ambiente de convívio em que, segundo Saviani (1989, p. 51) elas educam e acabam se educando “mas ao nível da consciência irrefletida, portanto, não intencional”. Contudo, o que se vê em várias falas dos entrevistados, mesmo se tratando de aprendizagens com programas de televisão, com vizinhos, com a família, o que seria característico da educação informal, é a intenção do aprendizado, ou ainda a sua curiosidade que leva a essa busca, como a entrevistada **A:** “Ela plantava no quintal as ervinhas... daí a gente perguntava para ela, o que era, para quê servia [...] Quando tem ‘Globo Repórter’ de planta medicinal eu não perco...”; o entrevistado **C** afirma que “por vontade sim, sempre procuro aprender mais”. A senhora

B inspirou-se na resposta ao questionamento: “Geralmente a gente quer saber e pergunta mesmo... quanto mais tu souberes, melhor... porque tu vais passar essa informação adiante... a gente é multiplicador desta sabedoria...”. Acerca deste mesmo tema, noutro momento da entrevista acrescentaram: **C**: “É para saber mesmo. Você nunca sabe tudo sobre alguma coisa, até hoje eu aprendo sobre planta medicinal, procuro sempre aprender. Tu que é farmacêutica vais ficar velha, de cabelos brancos e não vai saber tudo sobre farmácia...”. Aqui o senhor C levantou uma questão muito importante. Ao longo da nossa vida, com o passar cada vez mais acelerado dos tempos, vivemos situações, experimentamos sentimentos, vivências que fazem de nós indivíduos mais experientes e mais conhecedores de nossas relações com mundo, com as pessoas e com a gente mesmo. É impossível chegar a uma etapa do tipo “já sei tudo, aprendi tudo”. O conhecimento é necessário, instigante e fascinante. O que fazem os entrevistados desta pesquisa é exatamente isto. Embebem-se permanentemente do conhecimento, isto é, mesmo tendo frequentado pouco a escola, ou não estarem na academia, não os impede de estarem em contínuo processo de aprendizagem nos cursos e capacitações da Pastoral da Saúde. Esta que assume um papel importante na vida destas pessoas no que diz respeito à autoestima, à valorização e à importância das relações que eles mantêm com as pessoas doentes que os procuram. Promover o bem estar alheio é o que os faz viver melhor.

Ainda em relação ao interesse em aprender, a entrevistada **B** reconheceu sua humildade afirmando que pesquisa quando não conhece algum remédio a partir de plantas medicinais, em suas palavras: “Livros eu tenho bastante. Quando uma pessoa me procura e fala o que está sentindo, quando não sei ou não lembro, “vou nos” livros e pesquiso para ter certeza do que estou passando para a pessoa, porque é um trabalho de muita responsabilidade”. Senhora **A**, a respeito de ter aprendido primeiramente com a mãe, reconhece a sapiência de sua genitora: “... ela sabia muita coisa de plantas medicinais e depois fui aprendendo mais para especializar”. O senhor **C** reafirma seu compromisso com os estudos: “Sim, estou sempre lendo, sempre buscando... me informando. Mesmo quando eu viajei com caminhão... jogava meus livros ‘tudo’ pra dentro do caminhão...”. O senhor **C** relatou que mesmo nas viagens que fazia de caminhão não deixava de pesquisar em seus livros. Em qualquer lugar que ele

frequentasse oferecia sua ajuda através do seu saber etnobotânico, em locais como lanchonetes, postos de gasolina ou qualquer outro.

Após apreciarmos os relatos do interesse de aprendizagem dos entrevistados, vê-se que este conhecimento informal possui intenção, por conseguinte, possui características de não formalidade. Consoante com Campos (1985) pode ser invisível a barreira entre a informalidade e a não formalidade da educação uma vez que algumas ideias dos meios de comunicação e dos familiares podem ter cunho educativo intencional e, portanto, se situariam na teoria, no campo da educação não formal. Por este motivo, nos dias atuais, defende-se a utilização do termo não escolar. O autor menciona a família, meios de comunicação, no entanto, o raciocínio pode valer também para outros meios de educação informal.

No que diz respeito à educação não formal, fica evidente nas três entrevistas que esta modalidade está projetada na Pastoral da Saúde na qual os três são membros há mais de 20 anos. O senhor **C**, por exemplo, tem seu conhecimento etnobotânico apreendido somente depois de sua passagem pela pastoral. Segundo ele, antes da pastoral sabia “zero, nada, não sabia nada. Só aprendi mesmo depois dos cursos da pastoral”. Tal relato revela a importância que os sujeitos dão ao aprendizado para contribuir com a comunidade em que estão inseridos.

O conhecimento adquirido na Pastoral da Saúde é não formal uma vez que este tipo de conhecimento se dá através da vida em comunidade na qual se desenvolvem interações intencionais como a transmissão ou troca de conhecimentos (GOHN, 2006). Esta intenção ou interesse em aprender sobre plantas medicinais na Pastoral da Saúde se pode constatar quando os entrevistados dizem que: **A**: “Quando vim embora para Sombrio que surgiu essa vaga na pastoral, eu abracei...”; a senhora **B** revela o convite recebido: “Então... o padre convidava as pessoas da igreja para participar, mas eu pensava que era para aprender a fazer chá ‘para mim mesma’, porque eu queria saber sobre as plantas, sempre quis saber. Só depois fui saber que era para fazer para os outros também, então me interessei e me dediquei a isso”. Nesta fala da senhora **B** nota-se que procurou a Pastoral pensando em deter os conhecimentos somente para ela, para possíveis problemas de saúde que poderiam acometê-la. No entanto, mesmo sabendo posteriormente que seria um trabalho

voluntário, em favor de outras pessoas, não desistiu, seguiu em frente para ajudar os amigos e integrantes da comunidade.

Os três entrevistados mencionam os cursos que fizeram e fazem para manterem-se atualizados: **A**: “Ah sim, temos quatro encontros por ano aqui na paróquia, e depois tem os diocesanos e sempre que tem curso, se eu posso, eu participo... aprendemos muita coisa boa... Eles nos ensinam até cuidar da alimentação”. Como se vê, a Pastoral da Saúde não está interessada somente em difundir os saberes acerca das plantas medicinais, valoriza também a alimentação de seus membros, informando-os como se alimentar melhor. Assim, poderão levar tais conhecimentos às famílias que se beneficiam das ações da Pastoral da Saúde; De acordo com a senhora **B**, afirma que “Faço sempre, quanto mais aprender melhor, a gente sempre tem alguma coisa para aprender. Tem curso não só da pastoral, mas da EPAGRI⁶ também. A gente tem palestra até com médico e nutricionista para cuidar da saúde”. O entrevistado C afirma sorridente: “Saiu curso [promovido pelos integrantes da Pastoral da Saúde ou outras instituições reconhecidas] eu estou fazendo...”.

A Pastoral da Saúde figura um tipo de trabalho comunitário, social. Os cursos e palestras deste tipo de trabalho segundo Gohn (2006) e Libâneo (2004) têm objetivo definido, visam transmitir conhecimento [sobre plantas medicinais], porém, não são sistematizados como na escola, têm um menor grau de estruturação.

Partilhando-se das reflexões de Gohn (2006, p.30), considera-se que a educação não formal, projetada nestas entrevistas, na Pastoral da Saúde, acaba capacitando, preparando pessoas como senhora A, senhora B e senhor C, para o mundo, para o exercício da cidadania e desenvolvimento de suas relações sociais, desenvolvendo também uma série de processos como “consciência e organização de como agir em grupos coletivos; construção e reconstrução de concepção (ões) de mundo e sobre o mundo”.

Finalizando, de acordo com Libâneo (2004) o conhecimento do indivíduo pode tranquilamente transitar entre a educação formal e não formal, ou ainda a informal, ou as três categorias juntas.

L

⁶ Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, subordinada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca.

Nesta pesquisa, há o amalgamento de duas categorias. De acordo com o discurso dos moradores entrevistados, seus conhecimentos etnobotânicos não advêm de processo escolar ou formal de aprendizagem e sim por processos de aprendizagens não escolares. Isto é, “o transitar” ou mescla entre educação informal e não formal uma vez que aprenderam com a família (com exceção do senhor C), vizinhos, colegas de Pastoral, cursos de capacitação e palestras vinculados à Pastoral da Saúde.

Deu-se no primeiro momento da discussão uma atenção especial no que diz respeito às modalidades de educação. No entanto, existem algumas informações que igualmente merecem destaque. O trabalho que os entrevistados desenvolvem em relação às plantas medicinais é realizado com muita cautela e zelo para com as pessoas que os procuram. Eles têm consciência de que realizam um trabalho muito sério como na fala da senhora **A**: “(...) pesquiso para ter certeza, me certificar do que estou passando para a pessoa, porque é um trabalho de muita responsabilidade” e senhor **C** afirma com ênfase: “erva é coisa séria!!!”.

Em outros momentos tanto a senhora **B** quanto o senhor **C** mencionam a preocupação com intoxicação e com outros efeitos indesejáveis provocados pelo uso incorreto das plantas como segue nas falas: **B**: “É meia xícara também. Todas as ervas agora a gente está indicando assim. Para as pessoas não tomarem errado, o pessoal anda muito desinformado. Até pensamos para este ano dar cursos nas comunidades, pois já vieram muitas pessoas intoxicadas. Elas colocam um ‘punhadão’ das ervas e acabam passando mal”. Senhor **C**: “(...) E a pessoa ainda corre o risco de passar mal, não porque é um chá que não pode fazer mal. Se fizer errado pode é piorar (...)”. Ou ainda o senhor **C** sobre o tratamento para sinusite: “(...) Eu, por exemplo, não ensino mais remédio para sinusite, porque este chá é abortivo, é um negócio muito violento (...)”. Ainda na fala do senhor **C**: “(...) esses dias ensinei pra uma mulher aí, ela fez certinho, sarou... ela ensinou pra outra mulher a outra não usou nada no nariz e queimou tudo, ficou com isso aqui tudo que era um carvão [sinalizou a região do rosto ao redor do nariz] veio aqui em casa me mostrar e tal, afirmando ‘o senhor ensinou pra mulher aí e ela me ensinou’, tá... gente... mas isso aí não é assim, mas e se ela tivesse grávida? já tinha ido... Fiquei ‘doido’, então, agora não ensino mais”.

Pode-se também perceber entre os entrevistados uma uniformidade quanto à indicação do uso dos chás, geralmente de meia a uma xícara de três vezes ao dia. Segundo eles esta padronização facilita o tratamento para a pessoa que usará a planta. Vejamos nas falas que seguem, senhora **A** a respeito do Alecrim: “Faz o chá dele com um litro de chá e toma uma xícara três vezes dia”; senhora **B** em relação à Espinheira Santa: “É meia xícara também. Todas as ervas agora a gente está indicando assim. Para as pessoas não tomarem errado (...)”; e o senhor **C** a respeito da Mil em Ramas: “Também é tomada uma xícara três vezes ao dia (...)”.

Existem ainda outros cuidados que fazem parte da preocupação que estas pessoas têm de passar a informação mais correta possível e que são imprescindíveis para o sucesso do tratamento. Como se pode constatar na fala do senhor **C**: “Tem gente que pensa que fazer chá é a coisa mais simples do mundo. E não é bem assim. Tem gente que vai fazer um tratamento e toma três litros de chá em um dia e não toma mais. Não adianta nada. O tratamento com ervas é mais longo, tem que ter paciência”. Ainda o senhor **C** em relação ao tratamento da sinusite: “Quando sai aquela água do nariz [secreção que escorre do nariz devido ao tratamento com a planta] eu aconselho para passar manteiga ou margarina no nariz, para não queimar quando desce aquilo ali, aquele pus”; senhora **A** em relação ao xarope para tosse: “Depois coa e coloca açúcar mascavo, canela em casca, cravo, se for para mulher grávida a gente já avisa que não pode colocar o cravo, porque o cravo é abortivo, assim como o Cipó Milome, que é bom para quem tem dor de barriga, intestino preso, mas mulher grávida, não pode tomar”; senhora **B** quando menciona o tratamento para vermes: “(...) É tomada meia xícara três vezes ao dia, e a primeira tem que ser tomada logo quando acorda em jejum, para o bichinho engolir, se não, já não vai dar um resultado tão bom (risos)”.

Não se pode esquecer de mencionar o senhor **C** com suas informações simples e cruciais que muitos de nós não nos damos conta quando preparamos um chá. Como por exemplo: “E não é em qualquer panela que se faz chá. A panela tem que ser esmaltada ou de ferro, a de alumínio nem pensar (...) porque quando tu vai ferver um chá na panela de alumínio, ali onde tu colocou a água, até onde ferver vai ficar preto na panela, aquilo ali é o alumínio que soltou, é veneno. O jeito de fazer o chá é muito importante. Se tu tomar direitinho, mas não souber o jeito de fazer, não adianta

nada. Além de como fazer, eu ensino o jeito de tomar (...). Tem outra coisa também que tudo mundo faz errado. Aquelas mães que vão esfriar o chá da criança e assopra pra lá, assopra pra cá, bota de uma vasilha na outra, vai dar só água para a criança. Os fortificantes, os sais, ela botou tudo fora assoprando”. E ainda a respeito do cuidado com a coleta da planta que se vai utilizar: “Outra coisa é a erva de beira de estrada. Essa não dá para fazer chá. Ali passa carro direto ‘fumaciando’, é óleo diesel, gasolina, essa não dá para usar”.

Outro aspecto que os moradores entrevistados mencionam é a utilização de técnicas suplementares às plantas. Senhora **A**, por exemplo, menciona o uso da própolis que ela mesma fabrica: “A Romã é antibiótico muito bom. É para infecção de garganta que pode ser usado junto umas gotinhas de própolis que é cicatrizante também (...)”. Sobre o preparo: “(...) É feito daquela cerinha preta da abelha, é colocado 20 dias no álcool de cereais, é 300g de pozinho de própolis para cada litro de álcool de cereais”. Outra técnica utilizada pelo senhor **C** é o tratamento com barro. Nas palavras dele: “E tem o barro que pode ser usado com planta ou não, serve para tudo que tu pensar, para dor principalmente (...) É feito tipo uma massa de pão, nem mole, nem duro, pega um pano limpo, se é dor de cabeça, tu amarra na cabeça, na testa, deixa por umas duas horas, depois tira aquele barro e joga fora. O barro puxa a infecção para fora. Essa do barro eu testei com queimadura e em uma cicatriz de cirurgia, onde tu usa uma folha de couve para tapar o machucado e o barro em cima. O barro puxa veneno de escorpião também”. Informações de qual barro deve ser utilizado: “É um barro de morro, que tenha mato. Se tiver uma roça lá em cima, já não dá para retirar. Porque roça usa veneno, já não dá. É tirado lá do fundo, depois põe no sol, seca ele e guarda em uma embalagem de plástico bem limpinho. Quando quiser usar, tá lá, usa para tudo que quiser”.

Pode-se dizer de acordo com os relatos do Senhor C, que o barro para ele é considerado uma panaceia, uma vez que ele designa um poder excepcionalmente curativo para a matéria- prima: “(...) serve para tudo que tu pensar (...)”.

Pode-se constatar, portanto, tendo em vista o rico material obtido nas entrevistas, informações importantíssimas que vão além das informações relativas às modalidades de educação. É nesta perspectiva que se encaminha uma pesquisa de

cunho qualitativo, pois busca entender os sujeitos envolvidos para além daquilo que se pode em um primeiro momento enxergar.

Vê-se claramente nos relatos dos moradores o objetivo primordial da educação que é formar homens críticos, capazes de reconhecerem a si próprios, e com isso, inserir-se na História como sujeitos e não como objetos (FREIRE, 2003). Além disso, afirma o autor que

conhecer, na dimensão humana, (...) não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. (...) O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o 'como' de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. (...) Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito, e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer (FREIRE, 2001, p. 27).

Outra observação é a forma de conhecer. Estes moradores embora façam cursos, especializem-se, transmitem este conhecimento sob forma de conhecimento popular. O conhecimento popular não se diferencia do conhecimento científico “nem pela veracidade, nem pela natureza do objeto conhecido. O que os distingue é a forma, o modo ou o método e os instrumentos do conhecer” (MARCONI, LAKATOS, 1991, p. 14). Portanto, o conhecimento científico “não é o único caminho de acesso ao conhecimento e à verdade”. Tanto o senso comum quanto a ciência almejam ser racionais e objetivos. “Um mesmo objeto ou fenômeno pode (...) ser matéria de observação tanto para o cientista quanto para o homem comum”; consequentemente o que os direciona é a forma como um ou outro observa determinado fenômeno (MARCONI, LAKATOS, 1991, p. 14).

Ainda sobre o conhecimento destas pessoas pode-se considerá-lo uma manifestação de cultura uma vez que envolve um “sistema de ideias compartilhadas, sistemas de conceitos e regras e significados que subjazem e são expressos nas

maneiras como os seres humanos vivem” (KEESING, 1981 apud HELMAN, 2003, p. 12).

Para estas pessoas a planta medicinal assume um valor simbólico de cura. Os símbolos interpretados são marcas culturais. “Todo símbolo é cultural uma vez que supõe uma ordenação inteligente de todo mundo visível” [...] (MELLO, 2001, p. 47-48). É graças a essa ordenação, sistematização que o homem consegue classificar os animais, os objetos, sua linguagem. A transmissão de conhecimentos destes moradores através da fala para as pessoas doentes que os procuram, também é simbólica. Segundo Ullmann (1991) a linguagem é um meio simbólico poderoso para informar, conduzir, encaminhar o pensamento ao rumo desejado por quem fala, desperta sentimentos, interpreta experiências. É a propriedade simbólica da cultura que permite que ela seja transmitida e seja social.

Outra observação importante é que a cultura é social como consequência de ser simbólica. O símbolo existe em razão de supor um emissor e um receptor. Se não fosse para compartilhar símbolos, socializá-los não haveria razão para eles existirem. É difícil pensar em hábitos, costumes, padronização apenas em nível individual. (MELLO, 2001). Estes moradores conhecedores de plantas não aprendem e conhecem plantas apenas para reterem conhecimento para si próprios, e sim para compartilhar estas informações, como na fala da Senhora **B**: “(...) quanto mais tu souberes melhor, porque tu vais passar essa informação adiante, a gente é multiplicador desta sabedoria”.

Percebe-se também que as motivações, as vivências destas pessoas com plantas medicinais, a participação na pastoral os torna um grupo, comunidade. Esta formação cultural influencia aspectos da sua vida social, suas crenças, sua religião (católica em razão de o movimento da pastoral estar vinculado à igreja), seus comportamentos e emoções (HELMAN, 2003).

Aliados a esta cultura do grupo existem os fatores individuais como idade (são todos idosos), gênero, experiências, personalidade; fatores educacionais como educação formal, informal ou escolar e não escolar (objeto desta pesquisa); fatores socioeconômicos que compreendem classe social, ocupação (aposentados), status econômico e fatores ambientais (HELMAN, 2003).

A relação que as Senhoras A e B e o Senhor C têm com plantas é algo que chama a atenção. Todos os participantes relatam suas plantações de ervas medicinais com preocupação, zelo, atribuindo às plantas um valor inestimável. Eles são responsáveis por grande parcela das plantas que são usadas em suas preparações, portanto, cuidam da terra, do fator exposição ao sol destas ervas, da água necessária ou não, do melhor lugar do quintal para plantar esta ou aquela planta. E é justamente a relação que se estabelece entre o homem e a planta que a etnobotânica se propõe a estudar. Este estudo somente é possível se houver simbiose entre cultura e meio ambiente (ALBUQUERQUE, 2005). Ou na visão de Geertz (1989) cultura e meio ambiente são intimamente interligados.

A maneira como estes moradores percebem, identificam, categorizam e classificam as plantas, a natureza em si influencia também no seu modo de pensar, de agir e de se expressar em relação ao meio ambiente (DIEGUES, 2001). Os indivíduos vêem “a natureza através de sua cultura” (LARAIA, 2006, p.72).

Aliar cultura, etnobotânica, conhecimento popular e as categorias de educação neste trabalho foi algo enriquecedor tanto do ponto de vista acadêmico⁷ quanto do pessoal. Tive a oportunidade de conhecer novas plantas, aprimorar o que já sabia, conhecer pessoas extremamente generosas em relação ao seu conhecimento, e claro, encontrar respostas para o objeto de investigação deste estudo. Percebeu-se que a educação e o conhecimento de forma contínua manifestam-se sob vários formatos, estão em todo o lugar e não limitam-se à idade, gênero ou classe social. O conhecimento é a construção dos saberes dos homens através de sucessivas gerações como patrimônio, legado cultural e social.

L

⁷ Entre outras questões ser o primeiro trabalho nos últimos cinco anos relacionando etnobotânica e educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho investigou-se sob a ótica da etnobotânica a origem do conhecimento adquirido sobre plantas medicinais de alguns moradores do bairro São Luiz em Sombrio/SC. O âmago da pesquisa esteve amparado em dois questionamentos: De onde viria o conhecimento etnobotânico destas pessoas que conversavam comigo na farmácia onde trabalho? Da educação escolar ou seria de processos de aprendizagens não escolares?

Quando se formula uma questão quase sempre temos as possíveis respostas. Para a minha pergunta eu imaginava: informalidade. Devem ter aprendido com a mãe, o pai, um tio mais velho. Porém, ao constatar e enxergar qualquer assunto mais a fundo podemos nos deparar com muitas surpresas: os entrevistados aprenderam primeiramente com a família, mas, cursos, palestras e capacitação fazem parte da vida destas pessoas. Quão interessante e bonito saber que o trabalho que os entrevistados nesta pesquisa desenvolvem é o resultado não só do conhecimento apreendido no seio familiar, mas também advindo do conhecimento que eles mesmos buscam através destes cursos com a finalidade de ajudar quem precisa, e de forma responsável, segundo uma das senhoras mesmo mencionou.

Um dos objetivos deste trabalho foi identificar em qual modalidade de educação se encaixaria a origem do conhecimento destas pessoas (escolar e/ou não escolar), ou ainda suas prováveis inter-relações. Ao término sabe-se, portanto, que há o amalgamento de duas categorias. De acordo com o discurso dos moradores entrevistados, seus conhecimentos etnobotânicos não advêm de processo escolar ou formal de aprendizagem e sim por processos de aprendizagens não escolares. Isto é, “o transitar” ou mescla entre educação informal e não formal uma vez que aprenderam com a família (com exceção do senhor C), vizinhos, colegas de pastoral, cursos de capacitação e palestras vinculados à Pastoral da Saúde.

Houve, já no presente trabalho, o registro do conhecimento popular sobre plantas medicinais destes moradores, através de entrevista semi-estruturada. Porém, este conhecimento perpetuará uma vez que esta pesquisa, este material muito rico, gerará frutos no que diz respeito à publicação de artigos científicos. Há que também

mentonar o comprometimento em transcrever as informações em um livro⁸ para entregar aos respectivos moradores contendo o seu próprio conhecimento.

Sobre o conhecimento destas pessoas pode-se considerá-lo uma manifestação de cultura uma vez que envolve um “sistema de ideias compartilhadas, sistemas de conceitos e regras e significados que subjazem e são expressos nas maneiras como os seres humanos vivem” (KEESING, 1981 apud HELMAN, 2003, p. 12).

Para estas pessoas a planta medicinal assume um valor simbólico de cura. Os símbolos interpretados são marcas culturais. “Todo símbolo é cultural uma vez que supõe uma ordenação inteligente de todo mundo visível” (MELLO, 2001, p. 47-48).

Também se pode perceber neste estudo a maneira como estes moradores percebem, identificam, categorizam e classificam as plantas, a natureza em si influencia também no seu modo de pensar, de agir e de se expressar em relação ao meio ambiente (DIEGUES, 2001). Os indivíduos veem “a natureza através de sua cultura” (LARAIA, 2006, p.72).

Aliar cultura, etnobotânica, conhecimento popular e as categorias de educação neste trabalho foi algo enriquecedor tanto do ponto de vista acadêmico⁹ quanto do pessoal. Tive a oportunidade de conhecer novas plantas, aprimorar o que já sabia, conhecer pessoas extremamente generosas em relação ao seu conhecimento, e claro, encontrar respostas para o objeto de investigação deste estudo. Percebeu-se que a educação e o conhecimento de forma contínua manifestam-se sob vários formatos, estão em todo o lugar e não limitam-se à idade, gênero ou classe social. O conhecimento é a construção dos saberes dos homens através de sucessivas gerações como patrimônio, legado cultural e social.

L

⁸ Segundo sugestões da banca de defesa, é recomendado entregar aos entrevistados uma cópia desta dissertação.

⁹ Entre outras questões ser o primeiro trabalho nos últimos cinco anos relacionando etnobotânica e educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. **Introdução à etnobotânica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; ANDRADE, Laise de Holanda Cavalcanti^L. Fitoterapia: uma alternativa para quem?. **Cadernos de Extensão-UFPE**, Recife, v. 1, n. 1, p. 41-50, 1998. Disponível em: <http://www.ufpe.br/proext/images/publicacoes/cadernos_de_extensao/saude/fito.htm>. Acesso em: 17 abr. 2012.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; LUCENA, Reinaldo Farias de Paiva; ALENCAR, Nelson Leal. Métodos e técnicas para coleta de dados etnobiológicos. In: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; LUCENA, Reynaldo Farias Paiva de; CUNHA, Luiz Vital Fernandes Cruz da (Orgs.). **Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. Recife: NUPEEA, 2010. p. 41-64.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; LUCENA, Reinaldo Farias de Paiva; LINS NETO, Ernani Machado de Freitas. Seleção dos participantes da pesquisa. In: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; LUCENA, Reynaldo Farias Paiva de; CUNHA, Luiz Vital Fernandes Cruz da (Orgs.). **Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. Recife: NUPEEA, 2010. p. 23-37.

AMOROZO, M. C. M. A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais. In: DI STASI, L. C. (Org.). **Plantas medicinais: arte e ciência** – um guia de estudo interdisciplinar. Botucatu: UNESP, 1996. p. 47-68.

AMOROZO, M. C. M.; VIERTLER, R. B. Abordagem qualitativa em etnobiologia e etnoecologia. In: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; LUCENA, Reynaldo Farias Paiva de; CUNHA, Luiz Vital Fernandes Cruz da (Orgs.). **Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. Recife: NUPEEA, 2010. p. 67-81.

ARAUJO, Carolina de Barros Franco. **Síntese de derivados solúveis de β escina e algumas avaliações físico-químicas e biológicas**. 2008. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Químico-Farmacêutica) - Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. 76 f. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/9/9135/tde-21052008-140653/>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

ARNOUS, Amir Hussein; SANTOS Antonio Sousa; BREINNER Rosana Passos Cambraia. Plantas medicinais de uso caseiro - conhecimento popular e interesse por cultivo comunitário. José Luiz dos **Espaço para a Saúde**, Londrina, v.6, n.2, p.1-6, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.ccs.uel.br/espacoparasaude/v6n2/plantamedicinal.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2012.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (Bola de Neve): Uma técnica metodológica para pesquisa em Educação Ambiental Comunitária. In: X EDUCERE Congresso Nacional de Educação, 2011, Curitiba-PR. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf>. Acesso em: 21 maio 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 1977.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e aos métodos**. Porto: Porto Ed., 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 28. ed., 1993.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 10 abr. 2012.

CAMPOS, Macio D' Olne. Etnociência ou etnografia de saberes, técnicas e práticas. In: AMOROZO Maria Christina de Mello; MING Lin Chau; SILVA Sandra Maria Silva da (Ed). **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: UNESP, 2001. p. 47-92. Disponível em: <<http://www.sulear.com.br/texto02.pdf>>. Acesso em: 26 Abr. 2012.

CAMPOS, Maria Christina S. de Souza. **Educação: agentes formais e informais**. São Paulo: EPU, 1985.

CARVALHO, I.S.H. ; BERGAMASCO, S. M. P. P. . Sociologia rural e etnociências: convergências e diálogos interdisciplinares. In: V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (ENANPPAS), 2010, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT10-107-195-20100903164657.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2012.

CASTELEIRO, Steven. **Pedagogia social: conceitos essenciais e definitórios**. 2008. 20 f. Dissertação (Mestrado em Educação Social e Comunitária) - Universidade da Beira Interior, Beira, Portugal, 2008. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/6258045/Pedagogia-Social-em-Portugal-autor-Sтивен-Casteleiro>>. Acesso em: 04 abr. 2012.

CHERUBINI NETO, Reinaldo. O que é conhecimento? Sintetizando Epistemologia, Metodologia e Teoria de Sistemas em uma Nova Proposição-READ. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 08, n. 5, p. 4 - 23, 2002. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/read/index>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

CNBB. **Sobre a pastoral da saúde**. Disponível em: <<http://cnbbsul4.org.br/rede/saude/sobre>>. Acesso em: 4 jan. 2013.

COSTA, Fernando Batista da. **Digitalis e Hidropsia: do empirismo do séc. XVI à indústria farmacêutica do séc. XX**. Ribeirão Preto-SP, 1999. Material didático da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.s bq.org.br/filiais/adm/Upload/subconteudo/pdf/Historias_Interessantes_de_Produtos_Naturais08.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2012.

COSTA, V.P; MAYWORM, M.A.S. Plantas medicinais utilizadas pela comunidade do bairro dos Tenentes - município de Extrema, MG, Brasil. **Rev. bras. plantas med.**, Botucatu, v. 13, n. 3. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-05722011000300006&script=sci_arttext>. Acesso em: 11 abr. 2012

CUNHA, Antonio Proença da; SILVA, Alda Pereira da; ROQUE, Odete Rodrigues. **Plantas e produtos vegetais em fitoterapia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História e memória: metodologia da história oral. In: _____. **História oral- memória, tempo e identidades**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 15-31.

DIEGUES, Antônio Carlos. A educação ambiental e a questão das áreas naturais protegidas. **Núcleo de pesquisas sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras** – NUPAUB- Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/educamb.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2012.

_____, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001. Disponível em: <http://www.radioisotopos.ufrj.br/radioiso/arquivos/DIEGUES_MITO.MODERNO.NATUREZA.INTOCADA.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2012.

DIEGUES Antônio Carlos; ARRUDA Rinaldo S.V (Org). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade, Série Biodiversidade, 4. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/saberes/saberes.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

EDUCAÇÃO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

EDUCAÇÃO. In: HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. CD-ROM.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FARIA, Ernesto. **Dicionário escolar latim-português**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: MEC, 1956.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Pesquisa com o cotidiano. **Educ. soc.**, campinas, vol. 28, n. 98, p. 73-95, jan./abr. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302007000100005&lang=pt>. Acesso em: 28 dez. 2012.

FUKUI, Lia F.G., DEMARTINI Zeila Fabri Brito de (Org). **Nível de escolarização, educação informal e procura educacional**. Brasília: INEP, 1980. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002638.pdf>>. Acesso em 21 mar. 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores**, 2005. Disponível em: <http://www.escolanet.com.br/teleduc/arquivos/9/apoio/14/Trabalho_principio_educ.doc>. Acesso em 01 set. 2012.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Praxis**. São Paulo: Cortez, 1995.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GUIMARÃES Mauro; VASCONCELOS Maria das Mercês N. Relações entre educação ambiental e educação em ciências na complementaridade dos espaços formais e não formais de educação. **Educar**. Curitiba, n. 27, p. 147-162. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n27/a10n27.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2012.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, mar. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2012.

GOODMAN, Leo A. Snowball sampling. **Annals of Mathematical Statistics**, 1961. Volume 32, Number 1, p. 148-170. Disponível em:

<<http://projecteuclid.org/DPubS?service=UI&version=1.0&verb=Display&handle=euclid.aoms/1177705148>>. Acesso em: 23 maio 2012.

HELMAN, Cecil G. **Cultura, saúde e doença**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

KFFURI, Carolina Webber. **Etnobotânica de plantas medicinais no município de Senador Firmino (Minas Gerais)**. 2008. 101 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Viçosa- Minas Gerais, 2008. Disponível em: <http://www.tede.ufv.br/tedesimplificado/tde_arquivos/18/TDE-2009-02-16T073324Z-1533/Publico/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 20/02/2012.

KUENZER, Acacia Zeneida. As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrance. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68, p. 163-183. Dez, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173309000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 Nov. 2012.

KUENZER, Acacia Zeneida. A formação dos profissionais da educação: proposta de diretrizes curriculares nacionais . **Educação**, Santa Maria, p. 67-84, 2000. Disponível em:<<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/reeducacao/article/view/4777>>. Acesso em: 26 Nov. 2012.

LARA, Kelrene Moreira; FRANÇA, Maria Stela Campos; PEREIRA, Kauara Almeida Lara. Estudo etnoornitológico na bacia do rio Pindaíba - MT: Um estudo de caso. **III Congresso Latino Americano de Ecologia**, 2009, São Lourenço- MG. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.sebecologia.org.br/2009/resumos_clae/105.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2012.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 20. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LIMA, Antônio Almerico Biondi. Etnoconhecimento e educação de trabalhadores/as na Amazônia. **I Encontro de Etnobiologia e Etnoecologia da Região Norte** - Sessão Temática Integrada "Etnoconservação: uma questão das populações tradicionais da Amazônia?". Manaus, 2001. Disponível em: <<http://nerua.inpa.gov.br/NERUA/P-01.htm#02>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

LOPES, A. R. C. **Conhecimento escolar: ciência e cotidiano**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

LORENZI, Harry; MATOS, F. J. Abreu. **Plantas Medicinais no Brasil**: nativas e exóticas cultivadas. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2002.

MACHADO, Paulo de Almeida. **Ecologia humana**. São Paulo: Cortez, 1984.

MACIEL, Maria Aparecida M.; PINTO, Ângelo C.; VEIGA JUNIOR, Valdir F. Plantas medicinais: a necessidade de estudos multidisciplinares. **Quím. Nova**, São Paulo, v. 25, n. 3, maio 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010040422002000300016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun. 2012.

MAIOR, Mário Solto. Introdução In: _____. **Remédios populares do Nordeste**. Recife: Massangana, 1986. Disponível em: <<http://bvmsm.fgf.org.br/obra/livros/020501-00020-introducao.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. São Paulo: Ed. Atlas, 2º ed. revista e ampliada, 1991.

MEDEIROS, Maria Franco Trindade; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de (Orgs.). **Dicionário Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia**. Recife: NUPEEA, 2012.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia cultural**: iniciação, teoria e temas. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec. Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MIRANDA, Marcos Luis Cavalcanti. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD. In: VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2007, Salvador. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--341.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

MOISES, Beatriz Perrone. Claude Lévi-Strauss, aos 90. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 42, n. 1-2. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003477011999000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 mai. 2012.

OLIVEIRA, Flávia Camargo de, et al. Avanços nas pesquisas etnobotânicas no Brasil. **Acta Bot. Bras.**, São Paulo, v. 23, n. 2, Junho. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/abb/v23n2/v23n2a31.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

PALHARES, José Augusto. Reflexões sobre o não-escolar na escola e para além dela. **Rev. Port. De Educação**, Braga, v. 22, n. 2, p. 53-84, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087191872009000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 nov. 2012.

PASA, Maria Corette; ÁVILA, Gabriela de. Ribeirinhos e recursos vegetais: a etnobotânica em Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 11, n. 2, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122010000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 abr. 2012.

PINTO Luis Castanheira; PEREIRA Suzana Constante. **Educação Não formal para uma Infância Real**, 2008. Disponível em:<http://www.inducar.pt/webpage/contents/pt/cad/Educacao_Nao-Formal_para_uma_Infancia_Real.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2012.

POSEY, D. A. Introdução – Etnobiologia: Teoria e prática. In: RIBEIRO, Berta. (Org.) **Suma Etnológica Brasileira**. Vol. 1: Etnobiologia, Petrópolis, FINEP/Vozes, 1986. p. 5-25.

RIBEIRO, Darcy. Apresentação. In: RIBEIRO, Berta. (Org.) **Suma Etnológica Brasileira**. Vol. 1: Etnobiologia, Petrópolis, FINEP/Vozes, 1986. p. 09-10.

ROCHA-MENDES, Fabiana et al. Mamíferos do município de Fênix, Paraná, Brasil: etnozootologia e conservação. **Rev. Bras. Zool.**, Curitiba, v. 22, n. 4, Dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbzool/v22n4/a27v22n4.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

RODRIGUES, J.S Camejo. Estudo etnobotânico das plantas aromáticas e medicinais In: Figueiredo AC, JG Barroso, LG Pedro (Eds). **Potencialidades e Aplicações das Plantas Aromáticas e Medicinais** – Curso Teórico-Prático. 3. ed. Lisboa, Portugal: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa - Centro de Biotecnologia Vegetal, 2007. P 168-174. Disponível em: <<http://www.etnobotanica.uevora.pt/JoanaRodriguescurso%20PAM%20FCL.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

RODRIGUES, Mariana de Assunção; PASSADOR, Rafael Júnior. **Etnoconhecimento**: uma possibilidade de diálogo para o ensino. In IV fórum de artigos UNEMAT, Cáceres-MT, 2010. Disponível em: <http://need.unemat.br/4_forum/artigos/mariana.pdf>. Acesso em: 27/12/12.

ROUQUAYROL, M.Z; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e saúde. 6ª ed. Rio de Janeiro, MEDSI, 2003.

SÁ, Ricardo Antunes de. Pedagogia: identidade e formação. O trabalho pedagógico nos processos educativos não escolares. **Educar**, Curitiba, v. 16, p. 171-180, 2000. Disponível em:< <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/viewArticle/2044>>. Acesso em: 20/11/2012.

SALDANHA, Iaskara Regina Ribeiro. **Espaços, recursos e conhecimento tradicional dos pescadores de manjuba (*Anchoviella lepidentostole*) em Iguape/SP**. 2005. 179 f. Dissertação (Curso de mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo.

São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.registro.unesp.br/museu/basededados/arquivos/00000310.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2012.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 8 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1989.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, Raullyan Borja Lima e. **A etnobotânica de plantas medicinais da comunidade quilombola de Curiaú, Macapá-AP, Brasil**. 2002. 172 p. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém 2002. Disponível em: <http://www.iepa.ap.gov.br/arquivopdf/etnobotanica_de_plantas_medicinaisdo_Curiau.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2012.

SIMÕES, C.M.O. **Plantas da medicina popular no Rio Grande do Sul**. 5. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

SIQUEIRA, André Boccasius. Aproximações da etnobiologia com a educação básica. **XXV Simpósio Brasileiro e II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação; Jubileu de Ouro da ANPAE (1961-2011): políticas públicas e gestão da educação-construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas**, 2011, São Paulo. ANPAE; PUCSP/FACED/PPGE, 2011a. V. 10. p. 01-07. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0052.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2012.

_____. Etnobotânica no currículo de ciências na educação de jovens e adultos. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambiental**, Porto Alegre v. 26, p. 01-07, Rio Grande-RS, janeiro a junho, 2011b. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol26/art7v26.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. Etnobiologia como metodologia no Ensino de Ciências. **IV SIMFOP - Simpósio sobre Formação de Professores: Currículo, Escola e Conhecimento**, 2012 Tubarão: UNISUL, 2012. p. 01-07. Disponível em: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/simfop/artigos_IV%20sfp/_Andr%C3%A9_Siqueira.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2012.

SIQUEIRA, André Boccasius; SILVEIRA Ana Paula da; FARIAS Carla Cristina. Ensino de ciências: etnobiologia. **III SIMFOP - Simpósio sobre formação de professores: inovação e tecnologia na educação básica**, 2011, Tubarão: UNISUL, 2012. p. 1-11. Disponível em: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/simfop/sfp_2011.htm>. Acesso em: 09 dez. 2012.

SOMBRIÓ. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.sombrio.sc.gov.br/Omunicipio/Historia.html>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

STOCKMANN R., APGAUA D. M. G.; NAVES, R. P.; CASTRO, D. M. Percepção e resgate dos saberes populares de Luminárias/MG. In: IV Congresso de Extensão da Universidade Federal de Lavras - UFLA, 2009, Minas Gerais. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.proec.ufla.br/conex/ivconex/arquivos/trabalhos/a131.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

ULLMANN, Reinhold Aloysio. **Antropologia**: o homem e a cultura. Petrópolis: Vozes, 1991.

VASCONCELOS, D. A.; ALCOFORADO, G.G; LIMA, M. M. O. Plantas medicinais de uso caseiro: conhecimento popular na região do centro do município de Floriano/PI. In: V CONNEPI, 2010, Maceió. **Anais CONNEPI 2010**, p. 1-8. Disponível em: <<http://congressos.ifal.edu.br/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/view/455/293>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

VEIGA JUNIOR, Valdir F.; PINTO, Angelo C.; MACIEL, Maria Aparecida M.. Plantas medicinais: cura segura?. **Quím. Nova**, São Paulo, v. 28, n. 3, Jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010040422005000300026&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 abr. 2012.

ZUCCHETTI, D. T.; MOURA, E. Educação não escolar e universidade: necessárias interlocuções para novas questões. 30ª Reunião Anual da ANPED, 2007, Caxambú. **Anais**, 2007. p. 1-14. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT06-3417--Int.p>>. Acesso em: 03 dez. 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA MESTRADO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estamos convidando o/a Sr./a. para participar da entrevista ligada ao Projeto de Pesquisa "Educação escolar, não escolar e a etnobotânica: o conhecimento sobre plantas medicinais em Sombrio/sc". Coordenado por Alini Martins Barbosa, mestrande do Curso de Pós Graduação em Educação na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL/Tubarão/SC, cujo orientador é o Prof. Dr. André Boccasius Siqueira.

A entrevista terá o objetivo de analisar através da investigação etnobotânica a origem do conhecimento adquirido sobre plantas medicinais de alguns moradores do bairro São Luiz em Sombrio/SC. Você poderá desistir da participação na pesquisa a qualquer momento que achar necessário, bem como deixar de responder aos itens da entrevista sem sofrer qualquer tipo de prejuízo ou constrangimento.

Não haverá riscos para a sua integridade física, mental ou moral.

Conto com sua participação voluntária e isenta de despesas para ambos os envolvidos. Asseguro, para a clareza das relações que se iniciam, que todas as informações contidas nas entrevistas serão tratadas com o máximo sigilo quanto a sua identidade, que somente será revelada se for de sua vontade expressa por escrito.

CONSENTIMENTO PARA A ENTREVISTA

Eu, _____, estou plenamente de acordo em participar da entrevista, concordo com o termo de consentimento, assinado no dia da entrevista: ____/____/____. Eu, Alini Martins Barbosa, mestrande e pesquisadora, responsabilizo-me em resguardar os dados fornecidos para a pesquisa no total respeito a/ao entrevistado/a quanto ao sigilo de sua identidade, respeitando todos os preceitos da ética.

Assinado: _____.

Telefone de contato do pesquisador: (48) 99579910 e (48) 35330103

Endereço eletrônico: amb1410@yahoo.com.br

Telefone de contato do orientador: (51) 84125852 e (48) 3621-3367/3362

Endereço eletrônico: aboccasius@yahoo.com.br; siqueira.andre@unisul.br

Telefone de contato com a/o entrevistada/o: _____

Endereço eletrônico: _____

Assinatura da/o entrevistada/o Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B - Roteiro para entrevista

- A)** Você é natural de Sombrio?
- B)** Há quanto tempo reside aqui?
- C)** Qual a sua profissão atualmente? Em quê você trabalha?
- D)** Você conhece ou já ouviu falar sobre plantas medicinais?
- E)** Você conhece alguma planta medicinal? Há quanto tempo conhece?
- F)** O que você sabe a respeito dela?
- G)** Quais outras plantas você conhece?
- H)** Estas plantas são usadas em quais situações? Para quais tipos de doenças? Como elas são utilizadas?
- I)** Quando você usa essa planta, qual efeito espera obter?
- J)** Você recomenda o uso desta planta? Para quem? Em qual situação?
- K)** Você consegue esta planta como? Cultiva, compra ou existe um outro meio?
- L)** Como você sabe estas informações sobre plantas?
- M)** Você aprendeu como?
- N)** Você aprendeu com quem?
- O)** Na sua família havia ou há outras pessoas conhecedoras de plantas?
- P)** Você aprendeu em qual (ais) situação (ões)?
- Q)** Você tinha curiosidade por este assunto?
- R)** Há quanto tempo você sabe estas informações?
- S)** Você já aprendeu algo sobre plantas na escola? O quê? Com quem? Em qual situação? Esta informação(ões) fazia(m) parte de uma matéria?
- T)** Você já aprendeu algo sobre plantas com vizinhos, amigos ou parentes? O quê? Você tinha vontade, foi perguntar para saber ou aprendeu durante alguma conversa mesmo?
- U)** Você já aprendeu algo sobre plantas na televisão, rádio, jornal ou revista? O quê? Você tinha vontade, foi pesquisar para saber? Ou foi por acaso?
- V)** Você já aprendeu algo sobre plantas em palestras ou cursos? Você se interessou em fazê-lo ou fez por outro motivo?

APÊNDICE C – Entrevista com a senhora “A”:

Pesquisadora Alini (Eu): Você é natural de Sombrio?

Entrevistada A: Não, sou de Cachoeira, Praia Grande- SC.

Eu: Há quanto tempo reside aqui?

A: Mais ou menos 31 anos.

Eu: Qual a sua profissão atualmente? Em quê você trabalha?

A: Sou aposentada, mas costuro para fora, faço serviços de casa.

Eu: Você conhece ou já ouviu falar sobre plantas medicinais?

A: Sim, claro que sim.

Eu: Você conhece alguma planta medicinal?

A: Conheço muitas. Tem o Alecrim, a Calêndula, Cidró, Quina, Romã, Tansagem, Picão, Fortuna, Cavalinha, tem tantas ...

Eu: Dessas que a senhora mencionou o que você sabe a respeito delas? Como é o preparo destas plantas? [Aqui enumerei as plantas que ela falou e eu tinha anotado, para facilitar].

Eu: O Alecrim ...

A: O Alecrim é bom para o coração. Faz o chá dele com um litro de chá e toma uma xícara três vezes dia, por alguns dias. Depois faz mais um litro e vai tomando.

Eu: A Calêndula ...

A: A Calêndula serve para alergia, às vezes tem criança que chega aqui com essas alergias do calor, é só a mãe fazer o chá e passar na criança que logo ela está boazinha.

Eu: O Cidró ...

A: O Cidró serve para febre, tira a dor, é calmante também. Tem que ferver um galho em 1 litro de água por 5 minutos. Como ele é um galho tem que ferver bastante, se fosse folhinha daí só coloca a água morna em cima. Se ferver muito a folhinha ela perde aquilo que faz bem, não tem efeito.

Eu: A Quina ...

A: A Quina é para pressão alta, para o estômago também. Esta tem que ferver a casca também, mais ou menos 1 colher de sopa bem cheia para 1 litro de água. Tem que ferver por mais tempo, por 10 min.

Eu: A Romã...

A: A Romã é antibiótico muito bom. É para infecção de garganta que pode ser usado junto umas gotinhas de própolis que é cicatrizante também. A Romã é uma frutinha, cheia de gominhos, se faz o chá com a casca da fruta e faz gargarejo três vezes ao dia.

Eu: A Tansagem...

A: A Tansagem também é boa para infecção, se faz gargarejo também. Joga água morna em duas ou três colheres de sopa bem cheinhas, depois cõa e faz o gargarejo. Tem uma pomada muito boa para machucado que faço com a Tansagem. Pega seis folhas de Confrei, dez folhas de Tansagem e amassa bem, pode ser com cabo da faca. Depois, frita uns fios de óleo de oliva na banha de porco e depois mistura tudo, bem misturadinho. Daí é só passar no machucado umas três vezes ao dia, é um santo remédio para qualquer tipo de corte.

Eu: E o Picão? Serve para quê?

A: É um antibiótico especial, serve para estômago, intestino, para diarreia também, até para fazer banho, é muito bom.

Eu: Para qual tipo de infecção, então, Dona A?

A: O Picão é para infecção de garganta também tem o própolis, que é feito daquela cerinha preta da abelha, é colocado 20 dias no álcool de cereais, é 300g de pozinho de própolis para cada litro de álcool de cereais. [Lembrou novamente da própolis].

Eu: O própolis que você diz é em pó?

A: É em pó e depois fica em líquido, eu posso te mostrar, eu faço própolis. Daí, compro o pozinho para fazer o própolis, e faço aquilo que te falei. E o própolis também é muito bom quando a gente corta, daí coloca ali em cima e ele lacra, é a coisa mais incrível.

Eu: Tem mais alguma além dessas aqui que a senhora falou para mim? [Falei das plantas que ela já tinha falado].

A: E tem a Fortuna, é uma planta excelente para qualquer tipo de problema que tu tem, é para gripe, para garganta, para infecção urinária, bexiga, até para quem tem problema de próstata junto com a cavalinha, é excelente. Pega as folhas da Fortuna e

coloca no liquidificador com água. Vai sair tipo um suco, é tomado, duas xícaras, duas vezes ao dia. Quando quiser colocar a Cavalinha, faz o chá e mistura no suco daí serve para a próstata, homem é que toma, daí.

A: Tem a Rosa Branca também, tu sabia que flor também é remédio? O chá da Rosa Branca é para dor de barriga. E por aí vai...

Eu: Quando usa essas plantas, qual o efeito a senhora espera obter?

A: Espero sempre um efeito excelente, que seja um efeito bom, de acordo com o que ela serve.

Eu: E você recomenda o uso dessas plantas para quem? As pessoas procuram a senhora?

A: Sim, as pessoas procuram. Tem uma sala do lado da igreja que as pessoas vão até lá, tenho um lugar especial para o atendimento, e as pessoas me procuram aqui em casa também. Tem gente que vem de longe lá de Praia Grande mesmo, Jacinto Machado, Araranguá, de tudo quanto é lugar daqui de Sombrio também.

Eu: Se a senhora tem sala ao lado da igreja, então, tem algum vínculo com a Pastoral da Saúde?

A: Sim, eu sou da Pastoral da Saúde.

Eu: E tem mais pessoas que participam?

A: Tem sim, bastante gente fez o curso, mas tem pessoas que fazem o curso com interesse de lucrar, e isso não pode, fazemos nosso trabalho voluntariamente, para servir e ajudar as pessoas, porque nem sempre a pessoa tem dinheiro para comprar um medicamento. Eu canso de fazer as pomadas, receitas, remédios gastando do meu dinheiro para ajudar quem precisa.

Eu: De onde são as pessoas que lhe procuram?

A: Vem pessoas de todos os lugares, das cidades vizinhas, não só daqui de Sombrio.

Eu: E essas pessoas que procuram a senhora, em que situação que elas se encontram?

A: Quando estão doentes, tem algum problema, então eles me procuram, a gente conversa para ver o que a pessoa está sentindo, até para indicar um médico, porque a gente faz o que está ao nosso alcance.

Eu: Como você sabe tudo o que me falou até agora? Onde aprendeu?

A: Eu aprendi faz uns 25 anos, eu já morava aqui quando fiz o curso. Mas aprendi com minha mãe primeiro, ela sabia muita coisa de plantas medicinais e depois fui aprendendo mais para especializar.

Eu: E quando você aprendeu com sua mãe, você aprendeu como?

A: Ela plantava no quintal as ervinhas, porque ela usava nos partos também, ela era parteira também, daí a gente perguntava para ela, o que era, para quê servia. Eu via ela passando para as pessoas. E ela também queria que nós aprendêssemos para quando ela faltasse, a gente soubesse ensinar os remédios para as pessoas [a gente aqui incluem-se as irmãs de Dona A]. Eu é que depois de muitos anos, depois de ter ensinado muito remédio lá na Cachoeira [bairro do município de Praia Grande-SC] com os filhos já criados, quando vim embora para Sombrio que surgiu essa vaga na pastoral, eu abracei.

Eu: Faz quanto tempo que você faz parte da pastoral da saúde?

A: De 20 a 25 anos.

Eu: E como você ficou sabendo desse curso que ia ter na pastoral da saúde?

A: É que veio um convite de Tubarão, onde era a paróquia naquela época, através da Irmã Lúcia, então o pessoal da igreja avisou as comunidades do convite. Na época éramos umas setenta pessoas fazendo o curso, mas hoje bem pouca gente continua fazendo os serviços, porque ninguém quis fazer serviço voluntário. E depois veio muitos cursos, mas as pessoas não continuam.

Eu: E essas plantas que a senhora indica como as consegue?

A: Umas eu planto, e outras eu consigo com uma mulher que tem plantio de ervas em casa ali na Garuva [área rural de Sombrio], tem estufa e traz os pacotes para nós.

Eu: O que você tem plantado na sua casa?

A: Tenho Rosa Vermelha, Picão, Cana-de-açúcar, Orapronobis, Erva Tostão, Melissa, Carqueja, Cavalinha e outras que por nada não vou lembrar agora.

Eu: A senhora pode me dar um exemplo de que tipo de remédio faz com as plantas de casa?

A: Tem uma garrafada que eu faço muito, serve para hepatite, uso Picão, 20 cm de Cana-de-açúcar, uma Rosa vermelha, Carqueja, e Erva Tostão, daí faço a garrafada que vai com 1,5L ou 2L água, depois deixa ferver até que fica com mais ou menos 1L.

Eu: Na sua família, tem outras pessoas que conhecem de planta?

A: As minhas duas irmãs conhecem bastante também, porque a gente aprendeu juntas com minha mãe, eu sei mais por causa dos cursos na pastoral. Mas elas não ensinam e nem atendem pessoas.

Eu: Quando você aprendeu com sua mãe, a senhora lembra alguma situação que ela tenha ensinado?

A: Não lembro não, mas sempre tive curiosidade.

Eu: Qual sua idade?

A: Tenho 76 anos.

Eu: Você lembra quando começou a aprender com sua mãe?

A: Eu conheço desde criança, deveria ter uns 8 ou 10 anos.

Eu: Você já aprendeu alguma coisa sobre planta medicinal na escola?

A: Não, na escola nunca aprendi nada planta medicinal, até porque estudei 2 anos e meio só.

Eu: A senhora já aprendeu sobre plantas com vizinhos?

A: Sim, com certeza, a gente troca ideia. Por exemplo, a minha vizinha me deu uma muda e ali eu tenho um pé de Orapronobis, é uma planta, tipo um barão, que é vitamina, é carne. Se não quiser usar a carne, usa aquelas folhinhas. Se a pessoa não se alimenta direito pode colocar as folhinhas na comida mesmo. Uma vez eu vi uma reportagem do nordeste, pra lá, que tinha uma creche que usava essa planta na sopinha das crianças, pra reforçar a comida...

Eu: Usa a folha sem ferver?

A: Sim, só lava e cozinha junto na comida.

Eu: Quando você vai perguntar para seus vizinhos, é curiosidade ou só para conversar mesmo?

A: É curiosidade, eu quero saber mesmo, quero aprender sempre mais e mais, aprender não ocupa lugar.

Eu: Você já aprendeu alguma coisa sobre plantas na televisão, no rádio, jornal ou revista?

A: Sim, já aprendi muito, mas só na televisão, no rádio acho que não, quando tem globo repórter de planta medicinal eu não perco, “Deus o livre”. Revista e jornal, acho que não também.

Eu: E em livros?

A: Livros eu tenho bastante. Quando uma pessoa me procura, fala o que está sentindo, quando não sei ou não lembro, vou no livro e pesquiso para ter certeza, me certificar do que estou passando para pessoa, porque é um trabalho de muita responsabilidade.

Eu: E como a senhora conseguiu esses livros?

A: Veio quando eu fiz o curso.

Eu: Além desse curso, tem algum outro que você fez? Alguma palestra ou algo assim?

A: Ah sim, temos quatro encontros por ano aqui na paróquia, e depois tem os diocesanos e sempre que tem curso, se eu posso, eu participo, aprendemos muita coisa boa. Eles nos ensinam até cuidar da alimentação.

Eu: E o que eles ensinam quando falam na alimentação?

A: Que se for possível plantar no quintal é melhor, para não ter veneno, não usar muito sal, gordura na comida, carne vermelha quase nada, café bem pouco...

Eu: Então, aqui a senhora me falou do Alecrim, Calêndula, Cidrô, Quina, Romã, Tansagem, picão, Fortuna, Rosa Vermelha...

A: A Rosa Branca também é remédio.

Eu: E para quê ela serve?

A: Serve para fazer chá para dor de barriga, infecção. Tem a Maçanilha que refresca o intestino, a Quina com Noz moscada e folha de laranja para dor de cabeça é muito bom, usa uns três pedacinhos da Quina, umas duas folhinhas de laranja e tem que tirar o talinho, raspa na noz moscada, faz o chazinho, despeja em cima da noz moscada, abafa e depois toma.

Eu: Os pais trazem muitas crianças aqui?

A: Sim, sim. Geralmente elas estão com tosse, daí é feito xarope.

Eu: E como a senhora faz esse xarope?

A: Por exemplo, junta a Tansagem, a Fortuna, a Calêndula, folha de Assa Peixe, Bálsamo, a Alfavaca, o Picão, o Funcho, daí coloco um pouquinho de cada um mais ou menos na mesma quantidade, ferve um litro de água com as ervas, depois coa e coloca

açúcar mascavo, canela em casca, cravo, se for para mulher grávida, a gente já avisa que não pode colocar o cravo, porque o cravo é abortivo, assim como o Cipó Milome, que é bom para quem tem dor de barriga, intestino preso, mas mulher grávida, não pode tomar.

Eu: Você conhece mais alguma planta que seja muito perigosa?

A: Só se for aqueles contra veneno, mas esses aí eu não uso.

Eu: Tem mais alguma planta que a senhora queira falar a respeito?

A: Olha, por agora não me lembro, mas se tu quiser vir aqui em casa outro dia posso lembrar de outras, às vezes a cabeça não ajuda muito (risos). [Agradei a ela e aqui resolvi terminar a entrevista, pois notei que ela parecia estar cansada ou algo do tipo].

APÊNDICE D – Entrevista com a senhora “B”:

Pesquisadora Alini (Eu): A senhora sempre morou aqui em Sombrio?

entrevistada B: Nasci na Glorinha, em Santa Rosa, mas depois que casei vim embora pra Sombrio.

Eu: Faz quanto tempo que você mora aqui?

B: Uns 48 anos.

Eu: Quanto tempo a senhora mora no bairro?

B: 38 anos.

Eu: O que a senhora faz atualmente?

B: Sou aposentada e trabalho na Pastoral da Saúde, faço este trabalho social.

Eu: Faz quanto tempo que você trabalha com planta medicinal?

B: Fez 26 anos em outubro.

Eu: Agora, Senhora B, se a senhora pudesse falar alguma planta que a senhora conheça e seu uso...

B: Tem a Tansagem, que é pra infecção, é anti-inflamatório.

Eu: E como faz o chá da Tansagem?

B: Duas folhas já dá uma xícara de chá.

Eu: É tomado quantas xícaras por dia?

B: Como ele é um anti-inflamatório é bom tomar meia xícara, três vezes ao dia.

Eu: Ok, qual outra planta a senhora pode citar?

B: Tem a Cavalinha que é pra rins, pra intestino, infecção urinária, próstata.

Eu: E como é preparada a Cavalinha?

B: Ela também tem cálcio, daí se quiser pegar o cálcio, ela é feita de juntinhas, pega 12 juntinhas, um litro de água, tem que ferver cinco minutos pra ela poder soltar o cálcio. Isso nós aprendemos em um curso da EPAGRI em Itajaí, durante quatro dias. Com o palestrante Amauri, o terceiro mais sábio de ervas medicinais do Brasil.

Eu: E foi quando esse encontro?

B: Faz bastante tempo, uns quatro anos.

Eu: E foi a Pastoral da Saúde que levou vocês?

B: Sim e foram quinze pessoas.

Eu: Tem mais alguma outra planta?

B: Tem a Espinheira Santa, ela é a árvore símbolo de Santa Catarina. Foi eleita a árvore símbolo. Serve pra estômago, fígado, úlcera...

Eu: E como é o preparo dela?

B: Se quer um litro, pode colocar até 10 folhas, daí ferve de dois a cinco minutos pra não perder a essência.

Eu: E como é tomada?

B: É meia xícara também. Todas as ervas agora a gente está indicando assim. Para as pessoas não tomarem errado, o pessoal anda muito desinformado. Até pensamos para este ano dar cursos nas comunidades, pois já vieram muitas pessoas intoxicadas. Elas colocam um “punhadão” das ervas e acabam passando mal. Uns dias atrás veio um casal aqui em casa que passou mal com um chá que tinham ensinado pra eles. Então eu perguntei como eles tinham feito o chá, e eles me disseram que pegaram um punhado e fizeram. E o certo são duas folhinhas para um litro de água, pois era a Aroeira Piriquita que é muito forte. Diz que deu dor de estômago muito forte.

Eu: E para quê ela serve?

B: Para infecção bem forte.

Eu: Alguma outra planta que a senhora lembra?

B: Tem a Pata de Vaca...

Eu: E para quê serve?

B: Serve pra diabetes, rins, infecção na urina, é diurética.

Eu: E como se usa esta planta?

B: Uma folha pra uma xícara.

Eu: Mais alguma?

B: Tem a Ondinha do Mar ou Trapueraba, tem gente que chama de Erva Mijona (risos), para infecção de útero, ovário, urina. Ela é uma que dá de barão, tem muito no cemitério (risos).

Eu: E como é feita?

B: Fervida dois minutos, umas três folhas já dá uma xícara. É tomada meia xícara três vezes ao dia. Todas as plantinhas são tomadas mais ou menos igual, só para sinusite que é tomada duas vezes ao dia, daí, é feito extrato.

Eu: E como é feito esse extrato?

B: Vai uma Buchinha do Norte, daí coloca meio litro de álcool de cereais e deixa por 10 dias. Depois são colocadas as outras ervas, que não sei se vou lembrar de todas, mas vai erva cânfora e Tansagem. Então coloca todas a mesma quantidade, pra fazer um litro, e pra completar pode colocar cachaça de alambique.

Eu: E a tintura? Como é feita?

B: Por exemplo, a Tansagem, tu amarra um ramo de Tansagem bem lavado, coloca dentro de um vidro, dependurado em uma cordinha, tampa o vidro e põe no sol durante 48 horas. Aquele “suor” que fica dentro do vidro, é excelente, se toma em gotinhas, pinga na água e toma.

Eu: Quantas gotas se a pessoa tomar para infecção?

B: Umas cinco gotinhas pra criança e dez para adulto, três vezes ao dia. Uns dias atrás fizemos um curso na cozinha da Catedral Diocesana (Criciúma), que nos ensinaram um óleo que é bom pra dor. “Se chama” óleo de Girassol, mas o ponto negativo é que é muito caro. Um litro custa R\$ 80,00.

Eu: E como é feito esse óleo?

B: É feito com coisas da farmácia, a única coisa que não é da farmácia é a tintura de Arnica. Daí passa ali em cima, onde tá doendo e já passa, é excelente.

B: Aprendemos a fazer sabonete pra micose, sabonete para oleosidade, até pra sarna, sabonete hidratante...

Eu: Mais alguma planta?

B: Tem uma garrafada pra vermes, ferve por dois minutos o Hortelã, semente de Tansagem, Língua de vaca e Santa Maria. Se vai fazer um litro põe um punhadinho de cada uma. É tomada meia xícara três vezes ao dia, e a primeira tem que ser tomada logo quando acorda em jejum, pro bichinho engolir, se não, já não vai dar um resultado tão bom (risos).

Eu: Mais alguma?

Eu: Tem um vinagre de maçã, é para queda de cabelo, alergia, intestino preso, reumatismo...

Eu: E como é feito?

B: Para cinco litros: Um quilo de maçã, cinco litros de água, e meio quilo de açúcar mascavo. Descasca a maçã e pica em pedacinhos, depois põe os ingredientes e a água em um balde, bem limpinho, esterilizado, tapa com uma toalha de pano, e deixa por 30 dias. Para saber se está pronto, é só ver quando cria tipo uma nata em cima. Depois coa com saca de arroz e engarrafa. É tomado duas colheres ao dia em meio copo de água para queda de cabelo e alergia. E três colheres três vezes ao dia para intestino preso.

Eu: Mais alguma planta que a senhora queira citar?

B: Tem a Sucupira, é uma semente que é do Mato Grosso. É colocada no álcool cereais. Eu inventei o extrato, fui pensando e criei, coloco a Sucupira toda furadinha com uma faca, para soltar o óleo, 5 cm de Cipó Milome, seis folhas de Tansagem e 5 cm gengibre e coloca em 300mL de álcool cereais. Primeiro põe a Sucupira por 10 dias no álcool cereais, para soltar bem o óleo e depois todas as outras ervas. E depois coloca em uma embalagem e completa para um litro com cachaça de alambique, aquela pura. Esta garrafada serve pra infecção de garganta, gripe, dor de cabeça, vinte gotas na água, três vezes ao dia.

Eu: Quando a senhora usa essas plantas que efeito você espera obter?

B: Espero que cure a pessoa, que ela saia satisfeita e que confie no meu trabalho, assim voltando mais vezes.

Eu: Para quem a senhora recomenda essas plantas? As pessoas procuram a senhora?

B: Isso, “me procuram”. Como trabalho há muito tempo na Pastoral, bastante gente já conhece meu trabalho, então vêm até mim.

Eu: Essas ervas medicinais você planta em casa?

B: Algumas sim, mas compro também da nossa colega lá da Garuva. Tem umas garrafadas também que eu vendo pra ela, para ajudar. [Neste momento, ela foi buscar uma caixa cheia de pacotinhos de ervas processadas, etiquetadas com o nome da doença, como era o preparo e como se tomava. Senhora B explicou-me que a colega tem muitos gastos, com luz, equipamentos para manter seu ervanário. Portanto,

quando a senhora B não tem a planta em seu quintal, ou a pessoa não quer procurar a planta *in natura*, ela oferece estes pacotinhos já selados e como todas as plantas necessárias para a doença da qual o paciente busca a cura. Assim, ela repassa o valor total para ajudar a dona da plantação de ervas medicinais].

Eu: A senhora sabe sobre ervas medicinais através da Pastoral da Saúde somente, ou a senhora já sabia alguma coisa antes.

B: Sim, conhecia desde criança, minha mãe plantava, e quando eu e meus irmãos ficávamos doentes, ela nos dava chá. Foi onde eu aprendi e me interessei também. Eu quando era criança já conhecia o Hortelã, Alfazema, Alecrim, Poejo. A mãe tinha Losna, Palma Crespa, Sabugueiro, tudo isso aí eu já conhecia. Nós tínhamos uma “malha” de algodão, a mãe fazia acolchoado, quando eu imaginaria que a folha e a flor do algodão é um remédio maravilhoso. É antibiótico, serve para hemorragia.

Eu: A sua mãe ensinava chá para as pessoas também?

B: Não, não. Só chá para os filhos mesmo.

B: Eu aprendi primeiro quando era criança e depois na pastoral mesmo. Assim que casei eu não fazia nada chá. Só depois da pastoral mesmo.

Eu: E quando a senhora entrou pra Pastoral da Saúde?

B: Foi depois que casei, faz uns 26 anos. O Padre Armando que era o pároco na época e a Irmã Lúcia que criaram a Pastoral da Saúde, nós fomos a terceira pastoral. Então o Padre convidava as pessoas da igreja para participar, mas eu pensava que era pra aprender a fazer chá “para mim mesma”, porque eu queria saber sobre as plantas, sempre quis saber. Só depois fui saber que era pra fazer para os outros também, então me interessei e me dediquei a isso.

Eu: A senhora aprendeu alguma coisa na escola sobre ervas medicinais?

B: Não, no tempo que eu estudava nunca vi nada disso na escola. A gente aprendia a fazer bordado, eu me lembro.

Eu: A senhora já aprendeu algo sobre plantas com vizinhos, amigos ou parentes?

B: Sim, com vizinhos, com as colegas da pastoral, nos encontros da comarca, por exemplo, a gente faz almoço e trocamos muitas informações, último foi agora dia 27 de novembro.

Eu: A comarca é formada por qual região?

B: É formada pela paróquia de Sombrio, Santa Rosa e São João do Sul.

Eu: Nessas trocas de conhecimento a senhora tinha vontade de aprender, foi perguntar para saber ou aprendeu durante alguma conversa mesmo?

B: Geralmente a gente quer saber e pergunta mesmo, quanto mais tu souber melhor, porque tu vai passar essa informação adiante, a gente é multiplicador desta sabedoria.

Eu: Você já aprendeu algo sobre plantas na televisão, rádio, jornal ou revista?

B: Já sim. O globo repórter eu gosto muito, tenho revista, bastante livros, tem a folhinha da saúde [jornal entregue mensalmente aos membros da pastoral]. [Neste momento ela foi buscar seus livros e materiais de pesquisa para mostrar-me. Fiquei muito feliz e surpresa quando ela presenteou-me com um dos livros do seu acervo particular. Fez questão que levasse para casa para auxiliar na pesquisa. Fiquei lisonjeada].

Eu: A senhora me disse que aprendeu sobre plantas em palestras ou cursos da pastoral? A senhora interessou-se em fazê-lo ou fez por outro motivo?

B: Faço sempre, quanto mais aprender melhor, a gente sempre tem alguma coisa para aprender. Tem curso não só da pastoral, mas da EPAGRI também. A gente tem palestra até com médico e nutricionista pra cuidar da saúde. Esses dias a gente teve uma palestra, a tarde inteira com o doutor (...) que é cardiologista, nossa, mas foi interessante, a gente aprendeu muita coisa.

Eu: A senhora gostaria de acrescentar mais alguma informação, alguma planta? Algo que ache importante?

B: Não. Eu acho que está bom. O principal eu já passei, eu acho. Se tu quiseres me ligar ou vir aqui, qualquer dúvida, pode vir, o que a gente quer é sempre ajudar quando pode. [Agradei à senhora B pelas informações e pelo livro e encerrei a entrevista].

APÊNDICE E – Entrevista com o senhor “C”:

Pesquisadora Alini (Eu): Vamos começar então... O Senhor é natural de Sombrio?

Entrevistado C: Não, de Encruzilhada do Sul, no Rio Grande do Sul.

Eu: Há quanto tempo o senhor mora em Sombrio? E porque mudou-se para cá?

C: Faz 41 anos que moro aqui. Por causa daquela prenda lá (apontou para a mulher que estava no sofá, rimos todos). Vim pra cá por causa dela. Daí, casamos e ela já morava aqui. [Senhor C reside em outro bairro, porém é atuante no bairro São Luiz também].

Eu: No que você trabalha atualmente, qual sua atividade?

C: Sou “sustentado pela Dilma”, trabalho com plantas medicinais tanto aqui em casa como na pastoral. E faço visitas para os doentes no hospital aos domingos. Estas pessoas às vezes nem estão tão doentes assim. O que elas precisam é de uma boa conversa.

Eu: Que interessante, trabalho bonito. Bom, vamos lá, o senhor poderia citar alguma planta medicinal de seu conhecimento?

C: Tem a Losna que serve para o fígado e estômago.

Eu: E como se faz ela? É com chá?

C: É chá sim, dois galhos para um copo, esmaga a planta e coloca água fervente em cima.

Eu: Como é tomado esse chá?

C: Uma xícara três vezes ao dia.

Eu: Qual outra planta medicinal o senhor pode comentar?

C: Mil em ramas... É bom para hemorragia, para dor, dor no dente por exemplo.

Eu: E como é feito?

C: Coloca-se uns quatro galhos para meio litro de água e faz o chá.

Eu: E como é tomado?

C: Também é tomada uma xícara três vezes ao dia. Quando é usado depois de arrancar um dente, por exemplo, faz o bochecho faz mais vezes ao dia.

Eu: Outra planta que o senhor possa falar mais sobre ela?

C: Tem a Tranchá, serve para qualquer espécie de infecção, de urina, de ovário, de útero, para corrimento. E se toma uma xícara três vezes o dia, faz o chá com tudo, das folhas com a raiz, tipo um pendãozinho pequeno. A mulher toma, quando faz uns cinco dias o corrimento aumenta, porque está limpando aquilo ali. Depois de uns dez dias vai diminuindo, diminuindo e zerou.

C: E às vezes se é uma pessoa que não tem muita informação já pensa que infecção piorou. Tem gente que pensa que fazer chá é a coisa mais simples do mundo. E não é bem assim. Tem gente que vai fazer um tratamento e toma 3 litros de chá em um dia e não toma mais. Não adianta nada. O tratamento com ervas é mais longo, tem que ter paciência. E a pessoa ainda corre o risco de passar mal, não porque é um chá que não pode fazer mal. Se tiver desinformado pode é piorar. Eu, por exemplo, não ensino mais remédio pra sinusite, porque este chá é abortivo, é um negócio muito violento. Quando sai aquela água do nariz [secreção que escorre do nariz devido ao tratamento com a planta] eu aconselho pra passar manteiga ou margarina no nariz, pra não queimar quando desce aquilo ali, aquele pus. “Tá”... esses dias ensinei pra uma mulher aí, ela fez certinho, sarou, “tá”, ela ensinou pra outra mulher a outra não usou nada no nariz e queimou tudo, ficou com isso aqui tudo que era um carvão [região do rosto ao redor do nariz] veio aqui em casa me mostrar e tal, “o senhor ensinou pra mulher aí e ela me ensinou”, tá.. gente mas isso aí não é assim, mas e se ela tivesse grávida? já tinha ido. Fiquei doido, então, agora não ensino mais, erva é coisa séria. E não é em qualquer panela que se faz chá. A panela tem que ser esmaltada ou de ferro, a de alumínio nem pensar.

Eu: Por quê?

C: Porque quando tu vai ferver um chá na panela de alumínio, ali onde tu colocou a água, até onde ferver vai ficar preto na panela, aquilo ali é o alumínio que soltou, é veneno. O jeito de fazer o chá é muito importante. Se tu tomar direitinho, mas não souber o jeito de fazer, não adianta nada. Além de como fazer, eu ensino o jeito de tomar. A maioria dos chás eu indico, as pessoas que tem infecção mais séria, por exemplo, eu já digo: toma um mês, para uma semana e repete.

C: Tem outra coisa também que tudo mundo faz errado. Aquelas mães que vão esfriar o chá da criança e assopra pra lá, assopra pra cá, bota de uma vasilha na outra, vai dar só água para a criança. Os fortificantes, os sais, ela botou tudo fora assoprando.

C: Outra coisa é a erva de beira de estrada. Essa não dá para fazer chá. Ali passa carro direto “fumaciando”, é óleo diesel, gasolina, essa não dá para usar.

Eu: Tranchá? Essa eu não conheço...

C: Conhece sim. É chamada de Tansagem também.

Eu: Ah... agora sei.

C: As ervas têm vários nomes. Uma planta pode ter mais de dez nomes diferentes depende a região que tu mora ou do nome que tu conhece ela.

Eu: Quando você indica essas plantas que tipo de efeito o senhor espera obter?

C: Que dê resultado, que a pessoa melhore.

Eu: O senhor recomenda o uso desta planta? Para quem? Em qual situação?

C: Eu recomendo para quem está doente e vem me procurar aqui em casa, lá na pastoral. Tem criança, tem velho, mulher, homem, tudo quanto é gente eu atendo... se eu souber resolver atendo com muito gosto. Tenho paciente que vem de longe, tem mulher de médico aqui de Sombrio. Eu curei a mulher do doutor (...) que estava tipo uma alergia “uns negócios que queimava” na pele, pelo braço, por tudo. Daí, me indicaram, fui lá, levei o barro, fiz o meu trabalho, ensinei como era pra fazer depois e ela me perguntou quanto era o meu trabalho. Daí eu falei pra ela: o meu trabalho é um pouco diferente do trabalho do seu esposo, ele nem me vê e já cobra. Antes de entrar lá [consultório] pra falar com ele, ele já cobra [rimos bastante]. E com a gente é diferente, primeiro a senhora vai melhorar, depois é que a senhora vai me pagar. [Não duvido que ele tenha mesmo feito esta brincadeira com ela]. [O senhor C costuma chamar as pessoas que ele atende de pacientes].

Eu: O senhor consegue esta planta como? Cultiva, compra ou existe um outro meio?

C: Eu tenho muitas ervas aqui em casa. Agora não muitas por causa do calor. E se eu não tenho pra fazer o remédio da pessoa, eu peço para ela comprar, já sei qual farmácia tem e indico. Se não tem lá, encomendo da nossa colega da pastoral que tem plantação de erva medicinal ali na Garuva. Tudo certinho, passado pela vigilância sanitária, um capricho. Tu precisas ver que coisa mais linda. Cada vez que vou lá, a

minha vontade é de ficar. Estes dias teve confraternização lá com todos os membros da pastoral, que coisa maravilhosa, passa o dia que a gente nem vê. [A Garuva é uma comunidade de Sombrio situada na área rural].

Eu: Como o senhor sabe estas informações sobre plantas? Aprendeu como? Com quem?

C: Eu aprendi na pastoral através dos cursos que a gente faz, das palestras, da conversa com os outros colegas da pastoral. Faz mais de vinte anos que participo da pastoral. Sou da turma do antigo testamento (risos). Eu, [falou os nomes das colegas “antigas” da pastoral]. Eu era da comissão da igreja e quando apareceu o primeiro curso da pastoral da saúde, eu já tava no embalo, ali envolvido com as coisas da igreja e fiz. A primeira turma começou com sessenta e cinco agentes. Nós atendíamos Santa Rosa e Gaivota também, porque ainda não eram municípios [são dois municípios que pertenciam a Sombrio], essa volta toda aqui.

Eu: O senhor tinha algum conhecimento sobre plantas medicinais antes da pastoral?

C: Zero, nada, não sabia nada. Só aprendi mesmo depois dos cursos da pastoral.

Eu: Não aprendeu com nenhum parente, mãe, vizinho, na infância ou algo assim?

C: Não, não. Só depois da pastoral mesmo.

Eu: E na sua família tem mais alguém que saiba sobre plantas medicinais?

C: Não, só eu mesmo.

Eu: O senhor aprendeu em qual (ais) situação (ões)?

C: Nos cursos da pastoral.

Eu: Você tinha/tem curiosidade por este assunto?

C: Sim, estou sempre lendo, sempre buscando, me informando. Mesmo quando eu viajei com caminhão. Viajei muito tempo com caminhão. Joguei meus livros “tudo” pra dentro do caminhão. Aí tipo assim, eu estava em uma lanchonete, num bar, tomando café e o cara que estava me atendendo, ou alguém que viesse conversar comigo: “to com o meu guri” ardendo de febre, tal, eu já ensinava um remédio ali mesmo, via o que mais ou menos tinha a criança, perguntava, né. Eu ensinava chá em qualquer lugar que eu ia. Eu fui uma vez para a Bahia puxar soja e fiz uma clientela quase igual aqui (risos)

Eu: Há quanto tempo você sabe estas informações?

C: Há mais de vinte anos. Desde que entrei para a pastoral da saúde.

Eu: O senhor aprendeu alguma coisa sobre planta medicinal na escola?

C: Não. Não, estudei muito pouco, até a quarta quinta série e também isso não era comentado.

Eu: O senhor já aprendeu sobre plantas com vizinhos?

C: Já, com vizinhos, conhecidos, com o pessoal da pastoral, televisão. E também faço cursos.

Eu: Em relação àquilo que aprendeu com vizinhos, colegas, você tinha vontade, foi perguntar para saber ou aprendeu durante alguma conversa mesmo?

C: É para saber mesmo. Você nunca sabe tudo sobre alguma coisa, até hoje eu aprendo sobre planta medicinal, procuro sempre aprender. Tu que é farmacêutica vai ficar velha, de cabelo branco e não vai saber tudo sobre farmácia.

Eu: Você já aprendeu algo sobre plantas na televisão, rádio, jornal ou revista? O quê?

C: Sim. Tem o globo repórter. Esses dias mesmo teve um muito interessante. Revista também, livro...

Eu: Você tinha vontade, foi pesquisar para saber? Ou foi por acaso?

C: Por vontade sim, sempre procuro aprender mais.

Eu: Você já aprendeu algo sobre plantas em palestras e cursos, como já me falou. O senhor se interessou em fazê-lo?

C: “Me interessei” sim. Saiu curso eu estou fazendo.

Eu: Qual foi o último curso que o senhor fez?

C: Foi agora no final de 2012, em São João do Sul.

Eu: Qual outra informação que o senhor gostaria de acrescentar uma outra planta?

C: Tem Aveloz também que é para câncer, chama-se pau pelado também. Eu tenho aqui em casa.

Eu: Como é feito?

C: Ele produz um leite, daí corta-se o galho e tira o líquido, toma em gotas, são duas gotas por dia por 45 dias, depois pára um mês, faz os exames, se persistiu, continua, toma por 45 dias de novo.

C: Eu tive a cobaia aqui em casa mesmo.

Eu: Isso você aprendeu no curso também?

C: Sim, foi no curso.

C: Dessa aí eu sei por experiência. Minha filha teve câncer aos 22, 23 anos (...) graças a Deus se curou. Ela fazia quimioterapia no Hospital das Clínicas em Porto Alegre, mas levava o remédio daqui e tomava lá no hospital.

Eu: Que interessante, e ela está bem hoje em dia?

C: Está sim.

Eu: Que ótimo, graças a Deus.

Eu: Mais alguma informação que o senhor queira acrescentar?

C: Tem o limão, que é um antibiótico natural e é bom pra azia também. Para infecção na garganta, é feito o suco de três limões, uma colher de chá de sal, mexe bem e de hora em hora faz gargarejo. Pronto, eliminou o problema, porque o limão é um antibiótico natural e o sal é um desinfetante.

C: E tem o barro que pode ser usado com planta ou não, serve pra tudo que tu pensar, para dor principalmente.

Eu: Como se usa?

C: É feito tipo uma massa de pão, nem mole, nem duro, pega um pano limpo, se é dor de cabeça, tu amarra na cabeça, na testa, deixa por umas duas horas, depois tira aquele barro e joga fora. O barro puxa a infecção para fora. Essa do barro eu testei com queimadura e em uma cicatriz de cirurgia, onde tu usa uma folha de couve para tapar o machucado e o barro em cima. O barro puxa veneno de escorpião também.

Eu: Esse barro que o senhor usa é de algum tipo especial?

C: É um barro de morro, que tenha mato. Se tiver uma roça lá em cima, já não dá para retirar. Porque roça usa veneno, já não dá. É tirado lá do fundo, depois põe no sol, seca ele e guarda em uma embalagem de plástico bem limpinho. Quando tu quiser usar, tá lá, usa pra tudo que tu quiser.

Eu: O quê mais o senhor quer acrescentar, ache interessante?

C: Tem uma garrafada para mulher, para infecção e essas coisas.

Eu: E o que vai na garrafada?

C: Vai Tranchá, Cana-do-Brejo, a Cavalinha, Uxi Amarelo e Unha-de-Gato. Toma três xícaras por dia.

Eu: Mais alguma informação que o senhor queira acrescentar?

C: Eu acho que já “tá” bom, né? Já te dei quase uma aula, menina! “Tá bom, já”! (risos).
(Essa foi a maneira simpática que o senhor C encontrou para encerrar a entrevista, com bom humor, sua marca registrada).